



DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DESTE NÚMERO — 7\$20

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do *Diário do Governo*, deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se recebem 2 exemplares anunciam-se gratuitamente.

ASSINATURAS			
As três séries . . .	Ano 360\$	Semestre	500\$
A 1.ª série	140\$	"	80\$
A 2.ª série	120\$	"	70\$
A 3.ª série	120\$	"	70\$

Para o estrangeiro e colónias acresce o porte do correio

O preço dos anúncios (pagamento adiantado) é de 4\$50 a linha, acrescido do respectivo imposto do selo. Os anúncios a que se refere o § único do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 37.701, de 30 de Dezembro de 1949, têm a redução de 40 por cento.

SUMÁRIO

Ministério dos Negócios Estrangeiros:

Carta de Confirmação e Ratificação do Acordo Internacional do Trigo, assinado em Washington em 23 de Março de 1949.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção-Geral dos Negócios Económicos e Consulares

ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA, Presidente da República Portuguesa pelo voto da Nação:

Faço saber aos que a presente Carta de Confirmação e Ratificação virem que foi assinado em Washington, em vinte e três de Março de mil novecentos e quarenta e nove, o Acordo Internacional do Trigo, que é do teor seguinte:

(Tradução)

Acordo Internacional sobre o trigo

Os Governos participantes do presente Acordo, no desejo de evitar prejuízos aos produtores e consumidores, resultantes tanto dos grandes excedentes como das graves carências de trigo, e

Tendo decidido ser vantajoso efectuar por esse motivo um acordo internacional sobre o trigo:

1. Acordaram no seguinte:

PRIMEIRA PARTE

Generalidades

ARTIGO I

Objectivo

Os objectivos do presente Acordo são garantir o abastecimento de trigo aos países importadores e assegurar mercados aos países exportadores a preços equitativos e estáveis.

ARTIGO II

Definições

1. Para os efeitos do presente Acordo:

«Comité Consultivo das Equivalências de Preços» designa o Comité criado por efeito do artigo xv.

«Bushel» equivale a sessenta libras *avoirdupois*.

«Despesas de retenção» devem entender-se as despesas ocorridas por armazenagem, juros e seguro durante a retenção do trigo para expedição.

«C. & f.» significa custo e frete (*cost and freight*).

«Conselho» designa o Conselho Internacional do Trigo, criado pelo artigo XIII.

«Ano agrícola» é o período que decorre entre 1 de Agosto e 31 de Julho, não se aplicando a definição à parte do artigo VII que respeita à Austrália e Uruguai, cujo período decorre entre 1 de Dezembro e 30 de Novembro, e à que respeita aos Estados Unidos da América, que vai de 1 de Julho a 30 de Junho.

«Comité Executivo» designa o Comité criado pelo artigo XIV.

«País exportador» é, conforme o contexto, quer (i) o Governo de um país que figura no anexo B do artigo III que subscreveu o presente Acordo ou a ele aderiu e se não retirou, quer (ii) esse próprio país e os territórios nos quais se aplicam os direitos e obrigações do seu Governo, de acordo com as disposições do artigo XXIII.

«F. a. q.» designa qualidade média corrente (*fair average quality*).

«F. o. b.» significa «franco a bordo» (*free on board*).

«Quantidade garantida» designa, quando esta expressão se aplica a um país importador, as suas compras garantidas para um dado ano agrícola e, quando se

aplica a um país exportador, as suas vendas garantidas para um dado ano agrícola.

«País importador» designa, segundo o contexto, quer (i) o Governo de um país que figura no anexo A do artigo III que subscreveu o presente Acordo ou a ele aderiu e se não retirou, ou (ii) esse próprio país e os territórios aos quais se aplicam os direitos e obrigações do seu Governo de acordo com as disposições do artigo XXIII.

«Organização Internacional do Comércio» é a Organização prevista na Conferência de Havana em 24 de Março de 1948, ou, enquanto não for definitivamente criada essa Organização, a Comissão de Interligação estabelecida por resolução da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Emprego, havida em Havana de 21 de Novembro de 1947 a 24 de Março de 1948.

«Despesas de colocação» designa todas as despesas habituais ocorridas com a aquisição, colocação no mercado, fretamento e de transitários.

«Tonelada métrica» equivale a 36,74371 bushels.

«Trigo da colheita anterior» designa o trigo colhido mais de dois meses antes do início do ano agrícola em curso no país exportador interessado.

«Território», quando esta expressão se refere a um país exportador ou importador, compreende todo o território ao qual se aplicam os direitos e obrigações do Governo deste país, nos termos do presente Acordo, conforme as disposições do artigo XXIII.

«Transacção» designa, segundo o contexto, uma venda por importação num país importador de trigo exportado ou destinado a ser exportado por um país exportador, ou ainda a quantidade deste trigo assim vendido. Quando existe no presente Acordo uma referência às transacções entre um país exportador e outro importador, deve interpretar-se o facto como abrangendo não somente as transacções entre o Governo do país exportador e o do país importador, mas também as transacções entre negociantes e as transacções entre um negociante e os Governos dos países exportadores ou importadores. Nesta definição o termo «governo» deve considerar-se como compreendendo todo o território ao qual se aplicam os direitos e obrigações de todos os Governos participantes no presente Acordo ou que ao mesmo tenham aderido, em conformidade com as cláusulas do artigo XXIII.

«Compromissos não satisfeitos» designa a diferença entre as quantidades inscritas nos registos do Conselho de acordo com as disposições do artigo IV, na conta de um país exportador ou importador, para um dado ano agrícola e a quantidade garantida deste país para esse mesmo ano agrícola.

«Trigo», à excepção do artigo VI, inclui farinha de trigo.

2. 72 toneladas métricas de farinha de trigo consideram-se equivalentes a 100 toneladas métricas de trigo para os cálculos de compras ou vendas asseguradas, salvo se de outro modo for determinado pelo Conselho.

SEGUNDA PARTE

Direitos e obrigações

ARTIGO III

Compras e vendas asseguradas

1. O quantitativo que em anexo A a este artigo se atribui a cada país importador representa, sob reserva de qualquer aumento ou dedução efectuados de acordo com o disposto na terceira parte do presente Acordo,

as compras asseguradas desse país para cada um dos quatro anos agrícolas abrangidos pelo presente Acordo.

2. O quantitativo de trigo que em anexo B se atribui a cada país exportador, sob reserva de qualquer aumento ou dedução efectuados conforme o disposto na terceira parte do presente Acordo, representa as vendas asseguradas desse país para cada um dos quatro anos agrícolas abrangidos pelo presente Acordo.

3. As compras asseguradas de um país importador representam a quantidade máxima de trigo que o Conselho, sob reserva de redução do montante das transacções registadas, conforme as disposições do artigo IV, sob o título das suas compras asseguradas:

a) Pode, de harmonia com o estabelecido no artigo V, solicitar desse país seja comprada aos preços mínimos especificados ou determinados ao abrigo das cláusulas do artigo VI;

b) Pode, de harmonia com o estabelecido no artigo V, solicitar dos países exportadores seja vendida a esse país importador a preço compatível com os preços máximos fixados pelo artigo VI ou determinados em virtude das disposições do referido artigo.

4. As vendas asseguradas dum país exportador representam a quantidade máxima de trigo que o Conselho, sob reserva de redução do montante das transacções registadas conforme o artigo IV sob o título de vendas asseguradas:

a) Pode, de harmonia com o estabelecido no artigo V, solicitar desse país exportador seja vendida aos países importadores a preços compatíveis com os preços máximos estabelecidos no artigo VI ou determinados ao abrigo das cláusulas do artigo VI;

b) Pode, de harmonia com o artigo V, solicitar dos países importadores seja comprada a esse país exportador a preços compatíveis com o preço mínimo estabelecido pelo artigo VI ou determinados em virtude das disposições do referido artigo.

5. Se um país importador tiver dificuldades na execução do seu direito de adquirir as quantidades que representem os seus compromissos não satisfeitos a preços compatíveis com os preços máximos estipulados no artigo VI ou determinados em virtude das cláusulas do referido artigo, ou ainda se um país exportador tiver dificuldade na execução do seu direito de vender as quantidades que representem os seus compromissos não satisfeitos a preços compatíveis com os preços mínimos assim estipulados ou determinados, poderá recorrer ao processo previsto pelo artigo V.

6. Os países exportadores não são, nos termos do presente Acordo, sujeitos à obrigação de vender trigo, a menos que eles não sejam solicitados para o fazerem, conforme se prevê no artigo V, a preços compatíveis com os preços máximos estipulados no artigo VI ou determinados em virtude das disposições do referido artigo. Os países importadores não são, nos termos do presente Acordo, sujeitos à obrigação de comprar trigo, a menos que eles não sejam solicitados para o fazerem, conforme se prevê no artigo V, a preços compatíveis com os preços máximos estipulados no artigo VI ou determinados em virtude das disposições do referido artigo.

7. A quantidade de farinha de trigo a fornecer pelo país exportador e a receber pelo país importador dentro das suas respectivas quantidades asseguradas será, sob reserva do disposto no artigo V, determinada por acordo entre o vendedor e o comprador em relação a cada transacção.

8. Os países exportadores e os países importadores têm liberdade de preencher os seus compromissos garantidos pelas vias de comércio particular ou outras. Nenhuma disposição do presente Acordo deverá ser interpretada como dispensando o comércio privado de se submeter às leis ou regulamentos a que está submetido.

Anexo A do artigo III

Compras asseguradas

Ano agrícola — 1 de Agosto a 31 de Julho	Milhares de toneladas métricas (a)				Equivalente em bushels para cada ano agrícola
	1949-1950	1950-1951	1951-1952	1952-1953	
Arábia Saudita	50	50	50	50	1.837:185
Austria	300	300	300	300	11.023:113
Bélgica	550	550	550	550	20.209:040
Bolívia	75	75	75	75	2.755:778
Brasil	360	360	360	360	13.227:736
Ceílão	80	80	80	80	2.939:497
China	200	200	200	200	7.348:742
Colômbia	20	20	20	20	734:874
Cuba	202	202	202	202	7.422:229
Dinamarca	44	44	44	44	1.616:723
Egipto	190	190	190	190	6.981:305
Equador	30	30	30	30	1.102:311
Grécia	428	428	428	428	15.726:808
Guatemala	10	10	10	10	367:437
Índia	1.042	1.042	1.042	1.042	38.286:946
Irlanda	275	275	275	275	10.104:520
Israel	100	100	100	100	3.674:371
Itália	1.100	1.100	1.100	1.100	40.418:081
Libano	65	65	65	65	2.388:341
Libéria	1	1	1	1	36:744
México	170	170	170	170	6.246:431
Nicarágua	8	8	8	8	293:950
Noruega	210	210	210	210	7.716:179
Nova Zelândia	125	125	125	125	4.592:964
Panamá	17	17	17	17	624:643
Paraguai	60	60	60	60	2.204:623
Países Baixos (b)	700	700	700	700	25.720:597
Peru	200	200	200	200	7.348:742
Filipinas	196	196	196	196	7.201:767
Portugal	120	120	120	120	4.409:245
República Dominicana	20	20	20	20	734:874
Reino Unido	4.819	4.819	4.819	4.819	177.067:938
Salvador	11	11	11	11	404:181
Suécia	75	75	75	75	2.755:778
Suiça	175	175	175	175	6.430:149
União Sul-Africana	300	300	300	300	11.023:113
Venezuela	90	90	90	90	3.306:934
<i>Total (trinta e sete países)</i>	<i>12.418</i>	<i>12.418</i>	<i>12.418</i>	<i>12.418</i>	<i>456.283:389</i>

(a) Salvo resolução em contrário do Conselho, 72 toneladas métricas de farinha de trigo serão consideradas como equivalentes a 100 toneladas métricas de trigo para efeitos do estabelecimento da relação entre as quantidades de farinha de trigo e as quantidades especificadas no presente anexo.

(b) Na quantidade indicada para os Países Baixos incluem-se para cada ano agrícola 75.000 toneladas métricas, ou seja 2.755:778 bushels, para a Indonésia.

Anexo B ao artigo III

Vendas asseguradas

Ano agrícola — 1 de Agosto a 31 de Julho	Milhares de toneladas métricas (a)				Equivalente em bushels para cada ano agrícola
	1949-1950	1950-1951	1951-1952	1952-1953	
Austrália	2.177	2.177	2.177	2.177	80.000:000
Canadá	5.527	5.527	5.527	5.527	203.069:635
Estados Unidos da América (b)	4.574	4.574	4.574	4.574	168.069:635
França	90	90	90	90	3.306:934
Uruguai	50	50	50	50	1.837:185
<i>Total</i>	<i>12.418</i>	<i>12.418</i>	<i>12.418</i>	<i>12.418</i>	<i>456.283:389</i>

(a) Salvo resolução em contrário do Conselho, 72 toneladas métricas de farinha de trigo serão consideradas como equivalentes a 100 toneladas métricas de trigo para efeitos do estabelecimento da relação entre as quantidades de farinha de trigo e as quantidades especificadas no presente anexo.

(b) No caso de o estabelecido no artigo X ser invocado por motivo de uma colheita insuficiente, reconhecer-se-á que as vendas asseguradas não compreendem as necessidades mínimas em trigo de qualquer zona ocupada por cujo abastecimento os Estados Unidos da América tenham assumido ou venham a assumir a responsabilidade e que a exigência de fazer face a estas necessidades será um dos factores considerados para determinar a capacidade dos Estados Unidos da América na entrega das vendas asseguradas previstas neste Acordo.

ARTIGO IV

Registo das transacções sob o título de quantidades garantidas

1. O Conselho registará em cada ano agrícola as transacções concernentes a trigo que respeitem às quantidades garantidas dos anexos A e B do artigo III.

2. O Conselho registará sob o título de quantidades garantidas qualquer transacção ou parte de transacção de trigo em grão concluída entre um país exportador e um país importador para um dado ano agrícola:

a) Desde que (i) o preço não seja nem superior ao máximo nem inferior ao mínimo estipulados no artigo VI

ou determinados em virtude das disposições do referido artigo para esse ano agrícola e (ii) o país exportador e o país importador não tenham assente que a transacção seja considerada fora das suas quantidades garantidas;

b) Na medida em que (i) o país exportador e o país importador interessados tenham um e outro compromissos não satisfeitos para esse ano agrícola e ou (ii) o prazo indicado para carregamento esteja compreendido nesse ano agrícola.

3. Se os países exportador e importador interessados o acordarem, a transacção ou parte de transacção em virtude de acordo sobre compra e venda de trigo concluído antes da entrada em vigor da segunda parte do presente Acordo será igualmente, sem que o preço entre em linha de conta, mas sob reserva das condições fixadas na alínea b) do parágrafo 2 do presente artigo, inscrita nos registos do Conselho na rubrica das quantidades garantidas desses países.

4. Se em contrato comercial ou acordo governamental sobre transacção de farinha os países exportadores e importadores informarem o Conselho da sua concordância em que o preço é compatível com os preços determinados no artigo VI, o equivalente em trigo será inscrito nos registos, sob reserva das alíneas a), (ii), e b) deste artigo. Em caso contrário, qualquer dos países interessados poderá pedir ao Conselho a sua resolução, a não ser que concordem em que se não faça o registo do equivalente em grão. Se o Conselho decidir que o preço da farinha é equivalente ao estabelecido no artigo VI, fará o registo da quantidade de trigo equivalente, e em caso contrário não se fará o registo.

5. O Conselho elaborará um regulamento interno, de acordo com as disposições que seguem, para aplicação ou registo das transacções que fazem parte das quantidades garantidas:

a) Toda a transacção ou parte de transacção entre um país exportador e um país importador que reúnam as condições prescritas nos parágrafos 2, 3 ou 4 do presente artigo para fazer parte das quantidades garantidas desse país será notificada ao Conselho, desde que este o tenha decidido pelo seu regulamento interno, no prazo e com os esclarecimentos previstos e indicados por um ou por ambos os países.

b) Toda a transacção ou parte de transacção notificada de acordo com as disposições da alínea a) será registada pelo Conselho na rubrica de quantidades garantidas nos países exportador e importador entre os quais a transacção foi concluída.

c) A ordem segundo a qual as transacções e partes de transacções serão registadas pelo Conselho sob a rubrica de quantidades garantidas será fixada pelo regulamento interno.

d) O Conselho, num prazo que deverá ser indicado no regulamento interno, notificará cada país exportador e importador dos registos de todas as transacções ou parte de transacções sob a rubrica de quantidades garantidas desse mesmo país.

e) Se, no prazo indicado pelo Conselho no seu regulamento interno, os países importador ou exportador interessados apresentarem por qualquer razão objecções a respeito dos referidos registos, o Conselho procederá a um novo exame da questão e, se decidir que elas são fundamentadas, rectificará em consequência os seus registos.

f) Se um país, quer exportador quer importador, julgar que a quantidade total de trigo já registada pelo Conselho sob a rubrica das suas quantidades garantidas para o ano agrícola em curso não poderá ser provavelmente carregada no decurso desse ano agrícola, esse país pode solicitar ao Conselho a redução do quantitativo inscrito.

O Conselho examinará a questão e, se decidir que o pedido é fundamentado, rectificará os seus registos em consequência.

g) Toda a quantidade de trigo adquirida por um país importador a um país exportador e revendida a um outro país importador poderá, por acordo entre os países importadores interessados, ser inscrita na rubrica da parte não efectuada das compras asseguradas do país importador ao qual esse trigo é finalmente revendido, sob a condição de igual redução ser aplicada ao montante das compras garantidas do primeiro país importador.

h) O Conselho enviará a todos os países exportadores e importadores, cada semana ou noutro prazo, a indicar no regulamento interno, um apanhado dos quantitativos registados na rubrica das quantidades garantidas.

i) O Conselho notificará imediatamente todos os países exportadores e importadores cujos compromissos relativos às quantidades garantidas de um ou de outro para um dado ano agrícola estejam preenchidos.

6. Cada país exportador ou importador poderá beneficiar no cumprimento dos seus compromissos sob a rubrica quantidades garantidas, de uma margem de tolerância a determinar pelo Conselho, tomando por base o volume dos quantitativos e outros factores em jogo.

ARTIGO V

Execução dos direitos

1.—a) Qualquer país importador que depare com dificuldades na aquisição da sua quantidade assegurada mas não satisfeita para um determinado ano agrícola a preços compatíveis com os máximos fixados pelo artigo VI ou determinados pelas disposições do referido artigo pode pedir o auxílio do Conselho para obter os fornecimentos desejados.

b) No prazo de três dias após a solicitação feita conforme a alínea a) o Secretário do Conselho notificará aqueles dos países exportadores que tenham quantidades garantidas por preencher do montante da quantidade não preenchida do país importador que solicitou o auxílio do Conselho e convidá-los a oferecer o trigo aos preços máximos especificados em ou determinados ao abrigo das disposições do artigo VI.

c) Se, dentro de catorze dias após a notificação efectuada pelo Secretário do Conselho em virtude da alínea b), a totalidade das suas quantidades asseguradas, ou parte delas, consoante o Conselho verifique no momento ser mais aconselhável, não tiver sido oferecida, o Conselho, considerando todas as circunstâncias que o país exportador e o país importador desejem submeter à apreciação, e nomeadamente os programas de fomento industrial do país, bem como do volume habitual e percentagem das importações de trigo em grão e farinha de trigo efectuadas pelo país importador interessado, deverá resolver, dentro de sete dias, as quantidades, assim como, se lhe for pedido, a qualidade e tipo comercial do trigo em grão ou da farinha de trigo que julgue adequado para cada um ou qualquer dos países exportadores efectuar a venda ao país ou países importadores, e cujo carregamento deverá ter lugar no ano agrícola em questão.

d) Qualquer país exportador ao qual, por decisão do Conselho, nos termos da alínea c), seja solicitada a venda a um país importador de trigo em grão ou farinha de trigo deve, no prazo de trinta dias, oferecer para venda a esse país as quantidades indicadas, as quais devem ser carregadas no decurso do ano agrícola, a preços compatíveis com os máximos estipulados pelo artigo VI ou determinados pelas disposições do mesmo artigo, e, a menos que esses países o decidam de outro modo, a tran-

sacção deve efectuar-se nas condições geralmente praticadas nessa ocasião no tocante à escolha das divisas a utilizar. Se não houve até então relações comerciais entre os países exportador e importador interessados e se os mesmos países não chegarem a acordo sobre esse capítulo, o Conselho decidirá a questão.

e) Em caso de desacordo entre os países importador e exportador interessados sobre a quantidade de farinha de trigo que deve fazer parte de uma dada transacção realizada em virtude de decisão tomada pelo Conselho ao abrigo da alínea c), ou sobre a relação entre o preço da dita farinha de trigo e o preço máximo do trigo em grão estipulado no artigo VI, ou sobre as condições em que o trigo em grão ou farinha de trigo devem ser adquiridos e vendidos, a questão deverá ser posta à decisão do Conselho.

2. — a) Qualquer país exportador que em dado momento verifique dificuldade em colocar a quantidade assegurada que lhe está atribuída aos preços mínimos especificados no artigo VI ou por ele determinados poderá solicitar o auxílio do Conselho na realização das vendas desejadas.

b) No prazo de três dias após a recepção do pedido formulado nos termos da alínea a) o Secretário do Conselho notificará aqueles dos países importadores que tenham quantidades garantidas por preencher do montante da quantidade garantida por preencher que se encontra na posse do país exportador que requereu o auxílio do Conselho, convidando-os a adquirir o trigo aos preços mínimos especificados no artigo VI ou por ele determinados.

c) Se dentro de catorze dias a contar da data da notificação efectuada pelo Secretário do Conselho nos termos da alínea b) não tiver sido adquirida a totalidade ou parte da quantidade garantida, consoante o Conselho julgue mais razoável à data da solicitação, este, considerando todas as circunstâncias que os países exportador e importador desejarem submeter ao seu exame, e nomeadamente os seus programas de fomento industrial do país, bem como o volume habitual e percentagem das importações de trigo e farinha efectuadas pelo país importador em questão, deverá resolver dentro de sete dias a quantidade e, se o for pedido, a qualidade e tipo comercial do trigo em grão ou da farinha de trigo que julgue adequado para cada um ou qualquer dos países importadores adquirir a esse país exportador e cujo carregamento deverá ter lugar no decurso do ano agrícola em questão.

d) Qualquer país importador ao qual por decisão do Conselho, nos termos da alínea c), seja solicitada a compra a um país exportador de trigo em grão ou farinha de trigo deve, no prazo de trinta dias, propor a compra a esse país exportador das quantidades indicadas, que devem ser carregadas no decurso do ano agrícola, a preços compatíveis com o mínimo estipulado pelo artigo VI ou pelas suas disposições determinado, e, a menos que esses países o decidam de outro modo, a transacção deve efectuar-se nas condições geralmente praticadas nessa ocasião no tocante à escolha das divisas a utilizar. Se não houve até então relações comerciais entre os países exportadores e importadores interessados e se os mesmos países não chegarem a acordo sobre esse capítulo, o Conselho decidirá a questão.

e) Em caso de desacordo entre os países exportador e importador interessados sobre a quantidade de farinha de trigo que deve fazer parte de uma dada transacção, realizada em virtude da decisão tomada pelo Conselho ao abrigo da alínea c), ou sobre a relação entre o preço da dita farinha de trigo e o preço mínimo do trigo em grão estipulado no artigo VI, ou sobre as condições em que o trigo em grão e a farinha de trigo devem ser adquiridos e vendidos, a questão deverá ser posta à decisão do Conselho.

ARTIGO VI

Preços

1. Os preços básicos máximos e mínimos durante a vigência do presente Acordo serão como segue:

Ano agrícola	Mínimo	Máximo
1949-1950	\$ 1.50	\$ 1.80
1950-1951	\$ 1.40	\$ 1.80
1951-1952	\$ 1.30	\$ 1.80
1952-1953	\$ 1.20	\$ 1.80

em dólares canadianos, por *bushel*, à paridade do dólar canadiano estabelecida pelo Fundo Monetário Internacional em 1 de Março de 1949 para o trigo Manitoba Northern n.º 1, a granel em armazém Fort William/Port Arthur. Os preços básicos mínimos e máximos e os equivalentes a que aqui se faz referência excluem as despesas de retenção e colocação, que ficam sujeitas ao que for acordado entre o comprador e o vendedor.

2. Os preços máximos equivalentes de trigo a granel para:

a) Manitoba Northern n.º 1, armazém Vancouver, serão os preços máximos do trigo Manitoba Northern n.º 1, a granel em armazém Fort William/Port Arthur, indicados no parágrafo 1 do presente artigo;

b) Para o trigo f. a. q. f. o. b. Austrália, para o trigo francês (de peso específico mínimo 76 quilogramas por hectolitro, teor mínimo de proteína 10 por cento e 2 por cento e 15 por cento, respectivamente, para máximos de impurezas e humidade) f. o. b. portos franceses e para o trigo f. a. q., qualidade superior f. o. b. Uruguai, serão os mais baixos dos seguintes:

(i) Preços máximos para o trigo Manitoba Northern n.º 1, a granel em armazém Fort William/Port Arthur, especificados no parágrafo 1 do presente artigo, convertidos em moeda australiana, francesa ou uruguaia, conforme os casos, ao câmbio em vigor; ou

(ii) Preços f. o. b. Austrália, França ou Uruguai, segundo os casos, equivalentes aos preços c. & f. no país de destino dos preços máximos do trigo Manitoba Northern n.º 1, a granel em armazém Fort William/Port Arthur, especificados no parágrafo 1 deste artigo, em cujo cálculo deverão entrar o custo corrente dos transportes e a taxa de câmbio em vigor, e naqueles dos países importadores em que são consideradas diferenças de qualidade operar um reajustamento do preço conforme acordo mútuo entre o país importador e o exportador interessados;

c) Trigo Hard Winter n.º 1, f. o. b. portos do Golfo/Atlântico dos Estados Unidos da América, serão os preços equivalentes aos preços c. & f. no país de destino dos preços máximos do trigo Manitoba Northern n.º 1, a granel em armazém Fort William/Port Arthur, especificados no parágrafo 1 deste artigo, em cujo cômputo deverão entrar as despesas correntes de transportes e as taxas de câmbio em vigor, devendo ainda efectuar-se o reajustamento do preço pelas diferenças de qualidades pelo acordo mútuo entre o importador e o exportador interessados; e

d) Trigo Soft White ou Hard Winter n.º 1, em armazém portos dos Estados Unidos da América no Pacífico, serão os preços máximos do trigo Manitoba Northern n.º 1, a granel em armazém Fort William/Port Arthur, especificados no parágrafo 1 deste artigo, efectuada a conversão em moeda dos Estados Unidos da América

à taxa de câmbio em vigor, usando de reajustamento nos preços por virtude das diferenças de qualidade e de harmonia com o que ficar estabelecido entre os países importador e exportador interessados.

3. Os preços mínimos equivalentes do trigo a granel para:

- a) Trigo Manitoba Northern n.º 1, f. o. b. Vancôver;
- b) Trigo f. a. q. f. o. b. Austrália;
- c) Trigo francês (por amostra, com as características seguintes: peso específico mínimo, 76 quilogramas por hectolitro; teor mínimo em proteína, 10 por cento; máximo de impurezas, 2 por cento, e humidade máxima, 15 por cento) f. o. b. portos franceses;
- d) Trigo f. a. q. qualidade superior, f. o. b. Uruguai;
- e) Trigo Hard Winter n.º 1, f. o. b. portos dos Estados Unidos da América do Golfo/Atlântico;
- f) Trigo Soft White n.º 1 ou Hard Winter n.º 1, f. o. b. portos dos Estados Unidos da América no Pacífico;

serão respectivamente: os preços f. o. b. Vancôver, Austrália, França, Uruguai, portos dos Estados Unidos da América do Golfo/Atlântico e portos dos Estados Unidos da América no Pacífico, equivalentes aos preços c. & f. no Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte dos preços mínimos do trigo Manitoba Northern n.º 1 a granel em armazém Fort William/Port Arthur, especificados no parágrafo 1 deste artigo, calculados tomando por base as despesas de transporte e as taxas de câmbio correntemente em vigor, e naqueles dos países importadores em que são consideradas diferenças de qualidade, efectuado o reajustamento dos preços de harmonia com o que ficar mutuamente acordado entre os países importador e exportador interessados.

4. O Comité Executivo pode, de colaboração com o Comité Consultivo das Equivalências de Preços, em qualquer data posterior a 1 de Agosto de 1949, dar qualquer outra definição de trigo além das especificadas nos parágrafos 2 e 3 acima e determinar os seus preços máximos e mínimos equivalentes, desde que, no caso de ser dada qualquer outra definição de trigo, cujos preços equivalentes não tenham sido ainda determinados, os preços máximos e mínimos sejam estabelecidos, na ocasião, a partir dos preços máximos e mínimos da definição especificada neste artigo ou designada ulteriormente pelo Comité Executivo, em consulta com o Comité Consultivo das Equivalências de Preços, e que mais se assemelha à nova definição, pela adição de um prémio ou pela dedução de um desconto apropriados.

5. Se em qualquer momento o Comité Executivo considerar ou receber representações de qualquer dos Governos contratantes de que os preços estabelecidos de harmonia com as disposições dos parágrafos 2, 3 ou 4 deste artigo deixaram de ser, em virtude das despesas de transporte, taxas de câmbio ou prémios ou descontos em vigor equivalentes, justos, pode, em consulta com o Comité Consultivo das Equivalências de Preços, reajustá-los nesta conformidade.

6. O Comité Executivo, em consulta com o Comité Consultivo das Equivalências de Preços, determinará, nos termos dos parágrafos 4 e 5 deste artigo, o prémio ou o desconto na hipótese de surgir qualquer desacordo relativo à definição de trigo especificada nos parágrafos 2 ou 3 deste artigo ou reconhecida pelo parágrafo 4 do presente artigo, posta pelo país interessado.

7. Todas as decisões do Comité Executivo ao abrigo das disposições dos parágrafos 4, 5 e 6 deste artigo serão extensivas a todos os Governos contratantes, dado que qualquer deles que considere uma decisão como lhe sendo desfavorável poderá pedir que seja convocada uma sessão do Conselho a fim de rever tal decisão.

8. No sentido de encorajar e apressar a conclusão das transacções respeitantes a trigo entre os países importadores e os exportadores a preços mutuamente aceitáveis, consideradas todas as circunstâncias correntes, os Governos membros, se bem que se reservem completa liberdade de acção na determinação e administração da sua política interna agrícola e de preços, comprometem-se, no entanto, a não usar de tal política de forma a obstar à livre flutuação dos preços entre os limites máximo e mínimo no que respeitar às transacções sobre trigo que os Governos contratantes vão iniciar. Na hipótese de qualquer Governo contratante deparar com dificuldades resultantes de uma acção contrária a este compromisso por parte de qualquer outro Governo membro, poderá chamar a atenção do Conselho para o assunto, o qual procederá a um inquérito, apresentando um relatório da reclamação.

ARTIGO VII

Stocks

1. Com vista a assegurar os fornecimentos de trigo aos países importadores, cada país exportador deverá dirigir os seus esforços de forma tal que no final do ano agrícola mantenha os *stocks* de trigo da colheita anterior num nível suficiente para garantir a execução, no decurso de cada ano agrícola, dos seus compromissos de «vendas asseguradas» nos termos do presente acordo.

2. Caso a colheita do país exportador tenha sido insuficiente, o Conselho deverá consagrar particular atenção aos esforços despendidos por esse país exportador para manter os suficientes *stocks*, conforme o prescrito no parágrafo 1 do presente artigo, antes de dispensar esse país de qualquer das obrigações que lhe são impostas pelo artigo x.

3. A fim de evitar, tanto no início como no final do ano agrícola, as compras desproporcionadas de trigo, que poderiam prejudicar a estabilização dos preços visada pelo presente Acordo e tornar difícil o cumprimento das obrigações de todos os países exportadores e importadores, os países importadores deverão esforçar-se por manter sempre os *stocks* suficientes.

4. O Conselho deverá dedicar particular atenção aos esforços despendidos pelo país importador que tenha evocado o artigo XII para manter os suficientes *stocks*, tal como se prevê no parágrafo 3 do presente artigo, antes de se pronunciar favoravelmente sobre esse recurso.

ARTIGO VIII

Informações a fornecer ao Conselho

Os países importadores e exportadores deverão enviar ao Conselho, em prazo por este estabelecido, as informações que lhe sejam pedidas para efeitos da execução do presente Acordo.

TERCEIRA PARTE

Reajustamento das quantidades asseguradas

ARTIGO IX

Reajustamento em caso de não participação ou retirada, de um determinado país

1. Se se verificar qualquer diferença entre o total das compras asseguradas referido no anexo A do artigo III e o total das vendas asseguradas referido no anexo B do mesmo artigo, pelo facto de um ou mais países figurantes nos anexos A ou B (a) não terem assinado o Acordo, ou (b) não terem testemunhado a sua aceitação, ou (c) se terem retirado do presente Acordo em virtude do dis-

posto nos parágrafos 5, 6 ou 7 do artigo XXII, ou (d) terem sido excluídos do presente Acordo em virtude do artigo XIX, ou (e) terem sido declarados pelo Conselho, de acordo com o disposto no artigo XIX, em falta por toda ou parte das suas quantidades garantidas, nos termos do presente Acordo, o Conselho, sem prejuízo do direito, reconhecido a todos os países pelo parágrafo 6 do artigo XXII, de se retirarem do presente Acordo, reajustará as quantidades garantidas remanescentes por forma tal que os totais referidos nos anexos A e B sejam os mesmos.

2. Salvo resolução em contrário do Conselho por maioria de dois terços dos países exportadores ou dois terços dos importadores, o reajustamento previsto no presente artigo será efectuado por redução a *pro rata* das quantidades garantidas nos anexos A ou B, conforme os casos, do montante necessário para que o total de um anexo seja igual ao do outro.

3. Ao efectuar-se o reajustamento previsto no presente artigo o Conselho não deverá perder de vista que, de uma maneira geral, é de desejar que o total das compras asseguradas, bem como o das vendas asseguradas, se mantenha em nível tão alto quanto possível.

ARTIGO X

Reajustamento no caso de colheita insuficiente ou necessidade de salvaguardar a balança de pagamentos ou reservas monetárias

1. Qualquer país exportador ou importador que receie não poder cumprir as suas obrigações ou fazer face a outras responsabilidades que resultem do presente Acordo por força das circunstâncias, tal como uma colheita fraca, no caso de país exportador, ou a necessidade de equilibrar a sua balança de pagamentos ou salvaguardar as suas reservas monetárias, no caso de país importador, deverá comunicar o assunto ao Conselho.

2. Se a questão posta ao Conselho afecta a balança de pagamentos ou reservas monetárias, o Conselho solicitará e tomará em consideração o parecer do Fundo Monetário Internacional, na medida em que a questão interesse um país membro do Fundo, quanto à existência e extensão da necessidade a que se refere o parágrafo 1 deste artigo.

3. O Conselho apreciará, juntamente com o país interessado, as circunstâncias a que se refere o parágrafo 1 acima e, se verificar o fundamento das razões apresentadas por esse país, e se não for encontrada outra solução, decidirá em que medida e em que condições o país interessado poderá ser dispensado de executar integralmente os compromissos tomados sob a rubrica quantidades garantidas para o ano agrícola em questão. O Conselho informará da sua decisão o país interessado.

4. Se o Conselho decidir que o país interessado deve ser dispensado de toda ou parte das suas obrigações respeitantes às quantidades garantidas para o ano agrícola em questão, deverá adoptar-se o seguinte processo:

a) O Conselho, se o país interessado for importador, convidará os outros países importadores, ou exportadores, se o interessado for exportador, a aumentar as suas quantidades garantidas para o ano agrícola em questão até ao limite da quantidade que foi reduzida ao país interessado; todavia, qualquer aumento das quantidades garantidas por um país exportador deverá ter a prévia aprovação do Conselho pela maioria de dois terços dos votos dos países exportadores e dois terços dos votos dos países importadores, se um país importador, em prazo a fixar pelo Conselho, formular qualquer objecção em relação a esse aumento baseando-se no facto de o referido aumento poder agravar o problema da balança de pagamentos desse país importador.

b) Se o montante da quantidade dispensada ao país importador não puder ser integralmente compensado segundo o processo previsto na alínea a) deste parágrafo, o Conselho convidará os países exportadores, se o país interessado for o importador, ou os importadores, se o interessado for país exportador, a aceitar uma redução nas suas quantidades garantidas para o ano agrícola em questão até ao limite da quantidade garantida que foi dispensada ao país interessado, tendo em conta todos os ajustamentos levados a efeito em virtude da alínea a) do presente parágrafo.

c) Se o total dos oferecimentos recebidos pelo Conselho por parte dos países exportadores e importadores para efeitos de aumento das suas quantidades garantidas em virtude da alínea a), ou reduções das suas quantidades garantidas em virtude da alínea b), ultrapassar o montante da quantidade garantida de que foi dispensado o país interessado, as suas quantidades garantidas serão, salvo resolução em contrário do Conselho, aumentadas ou reduzidas, conforme os casos, por *pro rata*, desde que o aumento ou redução da quantidade garantida por um desses países não ultrapasse o seu oferecimento.

d) Se o montante da quantidade garantida de que foi dispensado o país interessado não puder ser integralmente compensado da forma prevista nas alíneas a) e b) do presente parágrafo, o Conselho reduzirá as quantidades garantidas para o ano agrícola em questão que figuram no anexo A do artigo III, se o país interessado é exportador, ou no anexo B do artigo III, se o país interessado for importador, do montante necessário para que os totais de ambos os anexos sejam iguais. A menos que os países exportadores, em caso de redução no anexo B, ou importadores, em caso de redução no anexo A, decidam de outro modo, a redução será efectuada por *pro rata*, tendo em conta todas as reduções já efectuadas por virtude da alínea d) do presente parágrafo.

ARTIGO XI

Aumento por acordo mútuo das quantidades garantidas

O Conselho pode em qualquer altura, a pedido de um país exportador ou importador, aprovar um aumento dos valores indicados num dos anexos para o resto do período abrangido pelo presente Acordo, se igual aumento for inscrito no outro anexo para o mesmo período, sob reserva de acordo entre os países exportador e importador, cujos valores serão por esse facto modificados.

ARTIGO XII

Compras suplementares em caso de absoluta necessidade

Se, tendo em vista fazer face a uma situação crítica emanante ou ameaçando emergir no seu território, qualquer Governo contratante apelar para a assistência do Conselho na obtenção de abastecimentos de trigo adicionais às quantidades asseguradas que lhe estão atribuídas, poderá o Conselho, pela maioria de dois terços dos votos dos Governos dos países importadores e por dois terços dos votos dos Governos dos países exportadores, reduzir as quantidades garantidas a importar por parte dos outros países importadores contratantes, para o ano agrícola em curso, numa base proporcional, de um quantitativo suficiente para perfazer a quantidade de trigo considerada necessária por determinação do Conselho, a fim de atender à situação de emergência criada pela necessidade, dado que o Conselho concorde em que essa emergência não poderá ser solucionada de qualquer outra forma.

QUARTA PARTE

Administração

ARTIGO XIII

O Conselho

A) Constituição:

1. É criado pelo presente um Conselho Internacional do Trigo para administração do presente Acordo.

2. Cada país exportador ou importador é membro votante do Conselho e pode fazer-se representar nas reuniões por um delegado, um substituto e conselheiros.

3. Todo o país não regularmente exportador ou importador de trigo pode tornar-se membro do Conselho, sem direito a voto, desde que aceite as obrigações que lhe são impostas pelo artigo VIII e pague a quota fixada pelo Conselho. Todo o país membro do Conselho sem direito a voto é autorizado a enviar um representante às reuniões.

4. A Organização para Alimentação e Agricultura das Nações Unidas, a Organização Internacional do Comércio, o Comité Provisório de Coordenação dos Acordos Internacionais sobre Produtos e, por decisão do Conselho, qualquer outra organização intergovernamental podem nomear um representante sem direito a voto para assistir às reuniões do Conselho.

5. Em cada ano agrícola o Conselho elege um Presidente e um Vice-Presidente.

B) Poderes e funções do Conselho:

6. O Conselho elabora o seu regulamento interno.

7. O Conselho disporá dos registos necessários à aplicação do presente Acordo e pode reunir qualquer outra documentação que julgue conveniente.

8. O Conselho publica um relatório anual e pode publicar qualquer outra informação relativa a questões que se relacionem com o presente Acordo.

9. O Conselho, depois de ouvida a Comissão Consultiva do Trigo, criada por virtude do memorando aprovado em Junho de 1942, rectificado em Junho de 1946, poderá dispor dos arquivos e dos elementos relativos ao activo e passivo daquele organismo.

10. O Conselho dispõe de todos os poderes e pode exercer todas as outras funções que julgar necessárias para assegurar a execução do disposto no presente Acordo.

11. O Conselho pode, por maioria de dois terços dos votos dos países exportadores e dois terços dos votos dos países importadores, delegar todos os seus poderes e funções. O Conselho pode em qualquer momento revogar por maioria tal decisão. Qualquer decisão tomada em virtude dos poderes ou funções delegados pelo Conselho conforme o disposto no presente parágrafo poderá ser sujeita a revisão, a pedido de qualquer país exportador ou importador, em prazo a fixar pelo Conselho. Qualquer decisão sobre a qual nenhuma reclamação tenha sido apresentada nos prazos previstos abrangerá todos os países exportadores e importadores contratantes.

C) Voto:

12. Os países importadores terão mil votos, distribuídos entre eles na proporção das suas compras garantidas para o total das mesmas. Os delegados dos países exportadores terão igualmente mil votos, distribuídos entre eles na proporção das suas vendas garantidas para o total das mesmas. Cada país terá pelo menos um voto e não haverá votos fraccionários.

13. Sempre que qualquer modificação se verifique nas compras asseguradas ou vendas asseguradas para o ano agrícola em curso, o Conselho promoverá a redistribuição dos votos de harmonia com o disposto no parágrafo 12 deste artigo.

14. Em caso de perda de voto de um país conforme o disposto no parágrafo 5 do artigo XVII, ou suspensão do direito de voto por virtude do disposto no parágrafo 3 do artigo XIX, o Conselho promoverá a redistribuição dos votos tal como se o referido país não tivesse nenhuma quantidade garantida para o ano agrícola em curso.

15. Salvo disposição em contrário no presente Acordo, as decisões do Conselho são tomadas pela maioria dos votos expressos.

16. Qualquer país exportador pode autorizar um outro país exportador, bem como um país importador pode autorizar outro igualmente importador, a representar os seus interesses e exercer o seu direito de voto numa ou em todas as reuniões do Conselho. Para que este caso seja tido em consideração pelo Conselho deverá ser apresentada uma prova aceitável.

D) Sessões:

17. O Conselho reúne pelo menos uma vez por semestre em cada ano agrícola e em qualquer outra data fixada pelo Presidente.

18. O Presidente convocará uma sessão do Conselho a pedido (a) de cinco delegados de países exportadores ou importadores, ou (b) do delegado ou delegados de todos os países exportadores ou importadores que possuam pelo menos 10 por cento do total dos votos, ou (c) do Comité Executivo.

E) Quórum:

19. Em qualquer reunião a constituição do quórum exige a presença de delegados com uma simples maioria dos votos cometidos aos países exportadores e uma simples maioria dos votos cometidos aos países importadores.

F) Sede:

20. O Conselho escolherá em Julho de 1949 a sua sede provisória. O Conselho escolherá, em momento oportuno, a sua sede permanente, depois de consultados os órgãos e agências próprias das Nações Unidas.

G) Capacidade jurídica:

21. O Conselho tem a competência legal, no território de qualquer Governo membro, necessária para o exercício das funções que lhe conferem o presente Acordo.

H) Decisões:

22. Todos os países exportadores e importadores devem considerar-se abrangidos pelas decisões tomadas pelo Conselho em virtude do presente Acordo.

ARTIGO XIV

Comité Executivo

1. O Conselho criará um Comité Executivo, que será composto por membros de três países exportadores, eleitos todos os anos pelos países exportadores, e sete membros de países importadores, eleitos pelos países importadores. O Conselho nomeará o Presidente e poderá nomear um Vice-Presidente.

2. O Comité Executivo será responsável perante o Conselho, funcionará sob a sua direcção geral e terá os poderes e funções que lhe são concedidos pelo presente Acordo, bem como todos os outros que possam ser delegados pelo Conselho ao abrigo do parágrafo 11 do artigo XII.

3. Os países exportadores que constituam o Comité Executivo terão o mesmo número de votos que os países importadores. Os votos dos países exportadores se-

rão repartidos entre eles conforme o decidirem, sob condição de nenhum país exportador ter mais de 40 por cento do total dos votos que cabem aos países exportadores. Os votos dos países importadores serão repartidos entre eles de igual modo desde que nenhum dos países importadores detenha mais de 40 por cento do total de votos que cabem a esses países.

4. O Conselho indicará o regulamento interno relativo à votação do Comité Executivo e poderá incluir quaisquer outras cláusulas que julgar convenientes na elaboração do regulamento interno do Comité Executivo. As decisões do Comité Executivo devem ser tomadas por maioria de votos, do mesmo modo que o presente Acordo prescreve para as decisões semelhantes tomadas pelo Conselho.

5. Qualquer país exportador ou importador que não seja membro do Comité Executivo pode participar, sem direito a voto, na discussão de qualquer questão posta ao Comité Executivo sempre que este considere que os interesses desse país estão em causa.

ARTIGO XV

Comité Consultivo das Equivalências de Preços

O Conselho criará um Comité Consultivo das Equivalências de Preços, constituído por representantes de três países exportadores e de três países importadores. O Comité apresentará ao Conselho e ou ao Comité Executivo o seu parecer sobre os assuntos expendidos nos parágrafos 4, 5 e 6 do artigo VI e sobre todas as outras questões que o Conselho ou o Comité Executivo submeta ao seu parecer. O Presidente do Comité será nomeado pelo Conselho.

ARTIGO XVI

Secretaria

1. O Conselho terá uma Secretaria, composta por um Secretário e pelo pessoal que seja necessário aos trabalhos do Conselho e do seu Comité.

2. O Conselho nomeará o Secretário e determinará as suas atribuições.

3. O pessoal será nomeado pelo Secretário, de acordo com o regulamento estabelecido pelo Conselho.

ARTIGO XVII

Finanças

1. As despesas das delegações junto do Conselho, dos membros do Comité Executivo e dos membros do Comité Consultivo das Equivalências de Preços serão satisfeitas pelos seus Governos respectivos. Todas as restantes despesas necessárias à administração deste Acordo, incluindo as da Secretaria, serão satisfeitas por força das participações anuais dos Governos membros. A participação de cada Governo durante o ano agrícola será proporcional ao número de votos na posse do seu delegado logo que seja fixado o orçamento para esse ano.

2. Na sua primeira sessão o Conselho aprovará o seu orçamento para o ano agrícola que termina em 31 de Julho de 1950 e fixará a participação a ser paga nesse ano por cada Governo membro.

3. O Conselho, na sua primeira sessão no segundo semestre de cada ano agrícola, votará o seu orçamento para o ano agrícola seguinte e fixará a participação de cada Governo membro para esse ano agrícola.

4. A participação inicial de qualquer Governo signatário deste Acordo, após a primeira sessão do Conselho, será fixada proporcionalmente ao número de votos na posse do seu delegado e ao número de meses comple-

tos que decorrerem entre a sua fixação e o início do primeiro ano agrícola para o qual é fixada pelo disposto no artigo XXI; todavia as participações já fixadas a outros Governos membros não serão alteradas no presente ano agrícola.

5. As participações serão pagas logo que sejam fixadas. Qualquer Governo membro que deixe de satisfazer a sua participação incorrerá na perda do direito de voto até à efectivação do pagamento, mas não será privado dos restantes direitos nem isento das obrigações que lhe são impostas pelo presente Acordo. O Conselho promoverá a redistribuição dos votos de qualquer país que tenha perdido os seus direitos à votação, nos termos do parágrafo 14 do artigo XIII.

6. O Conselho publicará no decurso de cada ano agrícola uma folha revisada de todas as receitas e despesas havidas durante esse ano.

7. O Governo do país onde funciona a sede provisória ou permanente do Conselho concederá a isenção de impostos sobre os compromissos tomados pelo Conselho para pagamento do seu pessoal; todavia essa isenção não será de aplicar aos que tornem a sair desse país.

8. O Conselho deve, antes da devolução, tomar as necessárias providências em vista a regular o seu passivo e dar destino ao seu activo e arquivos ao terminar o presente Acordo.

ARTIGO XVIII

Colaboração com organismos intergovernamentais

1. O Conselho envidará todos os seus esforços no sentido de assegurar a cooperação com os órgãos apropriados das Nações Unidas e suas agências especializadas, bem como quaisquer outros organismos intergovernamentais.

2. Se o Conselho verificar que quaisquer termos do presente Acordo são materialmente incompatíveis com as determinações que as Nações Unidas, através dos seus órgãos apropriados e agências especializadas, possam estabelecer no que respeita a acordos intergovernamentais sobre produtos, essa incompatibilidade será considerada como prejudicial à execução deste Acordo, sendo neste caso aplicado o procedimento estabelecido pelos parágrafos 3, 4 e 5 do artigo XXII.

ARTIGO XIX

Desacordos e reclamações

1. Qualquer esclarecimento relativo à interpretação ou aplicação do presente Acordo que não tenha sido aceite de comum acordo, bem como qualquer queixa formulada contra um país exportador ou importador que não tenha cumprido as obrigações impostas por este Acordo, a pedido de todos os Governos membros, serão regulados pelo Conselho.

2. Qualquer Governo membro só poderá ser declarado infractor do presente Acordo por maioria de votos de todos os Governos membros. Qualquer infracção de um Governo membro deverá ser provada e especificada a natureza dessa infracção.

3. Se o Conselho verificar que qualquer Governo membro infringiu o presente Acordo, poderá, por maioria de votos dos Governos membros, privar o país em questão do seu direito de voto até cumprimento das obrigações que lhe são impostas, ou ainda excluí-lo do Acordo.

4. Se um Governo membro é privado do seu direito de voto nos termos deste artigo, o Conselho redistribuirá esses votos de acordo com as disposições do parágrafo 14 do artigo XIII. Se qualquer Governo membro não cumprir as suas quantidades garantidas e for excluído do presente Acordo, o Conselho ajustará essas quantidades garantidas conforme o disposto no artigo IX.

QUINTA PARTE

Disposições finais

ARTIGO XX

Assinatura, aceitação e entrada em vigor

1. Este Acordo será submetido à assinatura dos Governos dos países constantes dos anexos A e B do artigo III até 15 de Abril de 1949.

2. O presente Acordo será submetido à aceitação formal por parte dos Governos signatários, de acordo com as suas leis respectivas. Sob reserva do disposto no parágrafo 4 do presente artigo, os documentos de aceitação deverão ser presentes ao Governo dos Estados Unidos da América o mais tardar até 1 de Julho de 1949.

3. Desde que os Governos dos países referidos no anexo A do artigo III responsáveis pelo mínimo de 70 por cento das «compras asseguradas» e os Governos dos países referidos no anexo B do mesmo artigo responsáveis pelo mínimo de 80 por cento das «vendas asseguradas» tenham aceitado o presente Acordo na data de 1 de Julho de 1949, as primeira, terceira, quarta e quinta partes do presente Acordo entrarão a partir dessa data em vigor entre os Governos aceitantes. O Conselho fixará uma data, não posterior a 1 de Setembro de 1949, para a entrada em vigor da segunda parte do presente Acordo entre os Governos que a tenham aceitado.

4. Qualquer Governo signatário que não tenha aceite o presente Acordo na data de 1 de Julho de 1949 poderá depois dessa data obter do Conselho uma prorrogação do prazo de entrega do documento de aceitação. As primeira, terceira, quarta e quinta partes do presente Acordo entrarão em vigor para esse Governo na data de entrega do documento de aceitação e a segunda parte entrará em vigor para esse Governo na data fixada por virtude do parágrafo 3 do presente artigo.

5. O Governo dos Estados Unidos da América notificará todos os Governos signatários das assinaturas e aceitações do presente Acordo.

ARTIGO XXI

Acesso

O Conselho, por maioria de dois terços dos votos dos países exportadores e dois terços dos dos importadores, poderá permitir a qualquer Governo o acesso ao presente Acordo, nas condições que o Conselho entenda dever estipular. O acesso efectuar-se-á pela notificação por parte do Governo interessado ao Governo dos Estados Unidos da América, o qual, por sua vez, notificará o signatário e os Governos acedentes da data em que foi recebida a notificação.

ARTIGO XXII

Duração, emendas, retiradas e expiração

1. Este Acordo manter-se-á em vigor até 31 de Julho de 1953.

2. O Conselho deverá comunicar aos Governos membros, em data não posterior a 31 de Julho de 1952, as recomendações concernentes à renovação deste Acordo.

3. Se em qualquer momento surgirem circunstâncias que, na opinião do Conselho, afectem ou ameacem afectar a regular execução deste Acordo, poderá o Conselho, pela simples maioria dos votos na posse dos Governos dos países exportadores e importadores, recomendar uma emenda aos Governos membros.

4. O Conselho poderá fixar o limite do tempo dentro do qual cada Governo membro poderá notificar o Conselho da sua aprovação ou rejeição da emenda. As

emendas tornar-se-ão efectivas após a aceitação por dois terços dos votos dos países importadores e dois terços dos votos dos países exportadores.

5. Qualquer país que não tenha notificado ao Governo dos Estados Unidos a sua aceitação da emenda proposta à data de esta se tornar efectiva deverá, depois de ter apresentado as notificações por escrito que o Conselho exija para cada caso, retirar deste Acordo no fim do ano agrícola corrente, mas não será por esse facto isento de quaisquer das obrigações previstas neste Acordo que àquela data não tenham sido satisfeitas.

6. Qualquer país exportador que considere lesados os seus interesses pela não participação no presente Acordo ou retirada de um país figurante no anexo A e responsável por mais de 5 por cento das quantidades garantidas referidas nesse anexo, ou qualquer país importador que de igual modo considere lesados os seus interesses pela não participação ou retirada de um país figurante no anexo B e responsável por mais de 5 por cento das quantidades garantidas referidas nesse anexo, poderá retirar-se do presente Acordo, mediante prévio aviso ao Governo dos Estados Unidos da América até 1 de Setembro de 1949 ou à data mais próxima fixada por maioria de votos do Conselho.

7. Qualquer Governo membro que considere em perigo a sua segurança nacional por abertura de hostilidades poderá retirar-se deste Acordo após terem expirado trinta dias subsequentes à data da notificação escrita enviada ao Conselho.

8. O Governo dos Estados Unidos da América dará conhecimento a todos os Governos signatários e acedentes de cada notificação e pré-aviso recebidos nos termos do presente artigo.

ARTIGO XXIII

Aplicação territorial

1. Qualquer Governo pode, no momento da assinatura ou aceitação do presente Acordo, declarar que os seus direitos e obrigações nos termos do presente Acordo se não aplicam a toda ou a parte dos seus territórios ultramarinos cujas relações exteriores se encontram sob sua responsabilidade.

2. Excepção feita aos territórios em relação aos quais haja uma declaração escrita nos termos do parágrafo 1 do presente artigo, os direitos e obrigações criados a qualquer Governo membro aplicam-se a todos os territórios cujas relações exteriores estejam à responsabilidade do referido Governo.

3. Qualquer Governo membro pode em qualquer ocasião, depois de aceite o presente Acordo, declarar, por notificação ao Governo dos Estados Unidos da América, que os direitos e obrigações impostos pelo presente Acordo se deverão aplicar à totalidade ou parte dos territórios em relação aos quais fez declaração nos termos do parágrafo 1 do presente artigo.

4. Qualquer Governo membro pode notificar ao Governo dos Estados Unidos da América a retirada respeitante a parte ou à totalidade dos territórios ultramarinos cujas relações exteriores estejam colocadas à sua responsabilidade, de forma a efectuar-se a retirada parcial.

5. O Governo dos Estados Unidos da América informará todos os Governos signatários e acedentes de qualquer declaração ou notificação feita em virtude do presente artigo.

Em fé do que, os abaixo assinados representantes, devidamente autorizados pelos seus Governos respectivos, assinaram o presente Acordo nas datas figurando por baixo das suas assinaturas.

Feito em Washington, em 23 de Março de 1949, em língua inglesa e língua francesa, uma e outra fazendo fé, devendo o original ser depositado nos arquivos do Go-

verno dos Estados Unidos da América, que enviará aos Governos signatários e acedentes cópias devidamente autenticadas.

Pela Austrália:

Edwin McCarthy.

Pela Áustria:

L. Kleinwaechter.

Pela Bélgica:

Silvercruys.

Pela Bolívia:

R. Martínez Vargas.

Pelo Brasil:

Walder Lima Sarmanho.

Pelo Canadá:

Charles F. Wilson.

Pelo Ceilão:

G. C. S. Corea.

Pela China:

V. K. Wellington Koo.

Pela Colômbia:

E. Gallego.

Por Cuba:

R. Sarabasa.

Pela Dinamarca:

A. F. Knudsen.

Pela República Dominicana:

Joaquín E. Salazar.

Pelo Equador:

A. Dillon.

Pelo Egipto:

A. Hassan.

Por Salvador:

Salvador Jáuregui.

Pela França:

H. Bonnet.

Pela Grécia:

Costas P. Caranicas.

Pela Guatemala:

I. González Arévalo.

Pela Índia:

N. G. Abhyankar.
R. R. Saksena.

Pela Irlanda:

Timothy O'Connell.

Por Israel:

L. Samuel.
Arthur C. A. Liverhant.

Pela Itália:

Alberto Tarchiani.

Pelo Líbano:

Emile Mattar.

Pela Libéria:

W. R. Tolbert.

Pelo México:

C. M. Cinta.

Pelos Países Baixos:

J. B. Ritzema van Ikema.

Pela Nova Zelândia:

R. W. Marshall.

Pela Nicarágua:

Alfredo J. Sacasa.

Pela Noruega:

Wilhelm Munthe Morgenstierne.

Pelo Panamá:

O. A. Vallarino.

Pelo Paraguai (não assinado).

Pelo Peru:

Sob reserva de que as compras garantidas no caso do Peru, especificadas no anexo A do artigo III, devem ser mudadas de 200:000 para 150:000 toneladas métricas.

C. Donayre.

Pela República das Filipinas:

*Emilio Abello.
Urbano A. Zafra.
Justiniano D. Quirino.*

Por Portugal:

António Ferreira de Almeida.

Pela Arábia Saudita:

Ahmed Abdul Jabbar.

Pela Suécia:

A. Aminoff.

Pela Suíça:

Werner Fuchss.

Pela União Sul-Africana:

W. A. Horrocks.

Pelo Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte:

F. S. Anderson.

Pelos Estados Unidos da América:

*Charles F. Brannan.
Albert J. Loveland.*

Pelo Uruguai:

Juan Felipe Yriart.

Pela Venezuela:

Sant E. Vera.

International wheat agreement

The Governments parties to this Agreement, Intending to overcome the serious hardship caused to producers and consumers by burdensome surpluses and critical shortages of wheat, and

Having resolved that it is desirable to conclude an international wheat agreement for this purpose, Have agreed as follows:

PART 1

General

ARTICLE I

Objectives

The objectives of this Agreement are to assure supplies of wheat to importing countries and markets for

wheat to exporting countries at equitable and stable prices.

ARTICLE II

Definitions

1. For the purposes of this Agreement:
 - «Advisory Committee on Price Equivalents» means the Committee established under article xv.
 - «Bushel» means sixty pounds avoirdupois.
 - «Carrying charges» means the costs incurred for storage, interest and insurance in holding wheat.
 - «C. & f.» means cost and freight.
 - «Council» means the International Wheat Council established by article xiii.

«Crop-year» means the period from August 1 to July 31, except that in article VII it means in respect of Australia and Uruguay the period from December 1 to November 30 and in respect of the United States of America the period from July 1 to June 30.

«Executive Committee» means the Committee established under article XIV.

«Exporting country» means, as the context requires, either (i) the Government of a country listed in annex B to article III which has accepted or acceded to this Agreement and has not withdrawn therefrom, or (ii) that country itself and the territories in respect of which the rights and obligations of its Government apply under article XXIII.

«F. a. q.» means fair average quality.

«F. o. b.» means free on board ocean vessel.

«Guaranteed quantity» means in relation to an importing country its guaranteed purchases for a crop-year and in relation to an exporting country its guaranteed sales for a crop-year.

«Importing country» means, as the context requires, either (i) the Government of a country listed in annex A to article III which has accepted or acceded to this Agreement and has not withdrawn therefrom, or (ii) that country itself and the territories in respect of which the rights and obligations of its Government apply under article XXIII.

«International Trade Organization» means the Organization provided for in the Havana Charter, dated March 24, 1948, or, pending the establishment of that Organization, the Interim Commission established by a resolution adopted by the United Nations Conference on Trade and Employment held in Havana from November 21, 1947 to March 24, 1948.

«Marketing costs» means all usual charges incurred in procurement, marketing, chartering and forwarding.

«Metric ton» means 36,74371 bushels.

«Old crop wheat» means wheat harvested more than two months prior to the beginning of the current crop-year of the exporting country concerned.

«Territory» in relation to an exporting or importing country includes any territory in respect of which the rights and obligations under this Agreement of the Government of that country apply under Article XXIII.

«Transaction» means a sale for import into an importing country of wheat exported or to be exported from an exporting country, or the quantity of such wheat so sold, as the context requires. Where reference is made in this Agreement to a transaction between an exporting country and an importing country, it shall be understood to refer not only to transactions between the Government of an exporting country and the Government of an importing country but also to transactions between private traders and to transactions between a private trader and the Government of an exporting or an importing country. In this definition «government» shall be deemed to include the Government of any territory in respect of which the rights and obligations of any Government accepting or acceding to this Agreement apply under article XXIII.

«Unfulfilled guaranteed quantity» means the difference between the quantities entered in the Council's records in accordance with article IV in respect of any exporting or importing country for a crop-year and that country's guaranteed quantity for that crop-year.

«Wheat» includes wheat grain and, except in article VI, wheat-flour.

2. Seventy-two units by weight of wheat-flour shall be deemed to be equivalent to one hundred units by weight of wheat grain in all calculations relating to guaranteed purchases or guaranteed sales, unless the Council decides otherwise.

PART 2

Rights and obligations

ARTICLE III

Guaranteed purchases and guaranteed sales

1. The quantities of wheat set out in annex A to this article for each importing country represent, subject to any increase or reduction made in accordance with the provisions of part 3 of this Agreement, the guaranteed purchases of that country for each of the four crop-years covered by this Agreement.

2. The quantities of wheat set out in annex B to this article for each exporting country represent, subject to any increase or reduction made in accordance with the provisions of part 3 of this Agreement, the guaranteed sales of that country for each of the four crop-years covered by this Agreement.

3. The guaranteed purchases of an importing country represent the maximum quantity of wheat which, subject to deduction of the amount of the transactions entered in the Council's records in accordance with article IV against those guaranteed purchases,

(a) that importing country may be required by the Council, as provided in article V, to purchase from the exporting countries at prices consistent with the minimum prices specified in or determined under article VI, or

(b) the exporting countries may be required by the Council, as provided in article V, to sell to that importing country at prices consistent with the maximum prices specified in or determined under article VI.

4. The guaranteed sales of an exporting country represent the maximum quantity of wheat which, subject to deduction of the amount of the transactions entered in the Council's records in accordance with article IV against those guaranteed sales,

(a) that exporting country may be required by the Council, as provided in article V, to sell to the importing countries at prices consistent with the maximum prices specified in or determined under article VI, or

(b) the importing countries may be required by the Council, as provided in article V, to purchase from that exporting country at prices consistent with the minimum prices specified in or determined under article VI.

5. If an importing country finds difficulty in exercising its right to purchase its unfulfilled guaranteed quantities at prices consistent with the maximum prices specified in or determined under article VI or an exporting country finds difficulty in exercising its right to sell its unfulfilled guaranteed quantities at prices consistent with the minimum prices so specified or determined, it may have resort to the procedure in article V.

6. Exporting countries are under no obligation to sell any wheat under this Agreement unless required to do so as provided in article V at prices consistent with the maximum prices specified in or determined under article VI. Importing countries are under no obligation to purchase any wheat under this Agreement unless required to do so as provided in article V at prices consistent with the minimum prices specified in or determined under article VI.

7. The quantity, if any, of wheat-flour to be supplied by the exporting country and accepted by the importing country against their respective guaranteed quantities shall, subject to the provisions of article V, be determined by agreement between the buyer and seller in each transaction.

8. Exporting and importing countries shall be free to fulfill their guaranteed quantities through private trade channels or otherwise. Nothing in this Agreement shall be construed to exempt any private trader from any laws or regulations to which he is otherwise subject.

Annex A to article III

Guaranteed purchases

Crop-year August 1 to July 31	Thousands of metric tons (a)				Equivalent in bushels for each crop-year
	1949-1950	1950-1951	1951-1952	1952-1953	
Austria	300	300	300	300	11,023,113
Belgium	550	550	550	550	20,209,040
Bolivia	75	75	75	75	2,755,778
Brazil	360	360	360	360	13,227,736
Ceylon	80	80	80	80	2,939,497
China	200	200	200	200	7,348,742
Colombia	20	20	20	20	734,874
Cuba	202	202	202	202	7,422,229
Denmark	44	44	44	44	1,616,723
Dominican Republic	20	20	20	20	734,874
Ecuador	30	30	30	30	1,102,311
Egypt	190	190	190	190	6,981,305
El Salvador	11	11	11	11	404,181
Greece	428	428	428	428	15,726,308
Guatemala	10	10	10	10	367,437
India	1,042	1,042	1,042	1,042	38,286,946
Ireland	275	275	275	275	10,104,520
Israel	100	100	100	100	3,674,371
Italy	1,100	1,100	1,100	1,100	40,418,081
Lebanon	65	65	65	65	2,388,841
Liberia	1	1	1	1	36,744
Mexico	170	170	170	170	6,246,431
Netherlands (b)	700	700	700	700	25,720,597
New Zealand	125	125	125	125	4,592,964
Nicaragua	8	8	8	8	293,950
Norway	210	210	210	210	7,716,179
Panama	17	17	17	17	624,643
Paraguay	60	60	60	60	2,204,623
Peru	200	200	200	200	7,348,742
Philippines	196	196	196	196	7,201,767
Portugal	120	120	120	120	4,400,245
Saudi Arabia	50	50	50	50	1,837,185
Sweden	75	75	75	75	2,755,778
Switzerland	175	175	175	175	6,430,149
Union of South Africa	300	300	300	300	11,023,113
United Kingdom	4,819	4,819	4,819	4,819	177,067,938
Venezuela	90	90	90	90	3,306,934
<i>Total (37 countries)</i>	12,418	12,418	12,418	12,418	456,283,389

(a) Unless the Council decides otherwise, 72 metric tons of wheat-flour shall be deemed equivalent to 100 metric tons of wheat for the purpose of relating quantities of wheat-flour to the quantities specified in this annex.

(b) Quantity listed for The Netherlands includes for each crop-year 75,000 metric tons, or 2,755,778 bushels, for Indonesia.

Annex B to article III

Guaranteed sales

Crop-year August 1 to July 31	Thousands of metric tons (a)				Equivalent in bushels for each crop-year
	1949-1950	1950-1951	1951-1952	1952-1953	
Australia	2,177	2,177	2,177	2,177	80,000,000
Canada	5,527	5,527	5,527	5,527	203,069,635
France	90	90	90	90	3,306,934
United States of America (b)	4,574	4,574	4,574	4,574	168,069,635
Uruguay	50	50	50	50	1,837,185
<i>Total</i>	12,418	12,418	12,418	12,418	456,283,389

(a) Unless the Council decides otherwise, 72 metric tons of wheat-flour shall be deemed equivalent to 100 metric tons of wheat for the purpose of relating quantities of wheat-flour to the quantities specified in this annex.

(b) In the event of the provisions of article x being invoked by reason of a short crop it will be recognized that these guaranteed sales do not include the minimum requirements of wheat of any occupied area for which the United States of America has, or may assume, supply responsibility, and that the necessity of meeting these requirements will be one of the factors considered in determining the ability of the United States of America to deliver its guaranteed sales under this Agreement.

ARTICLE IV

Recording of transactions against
guaranteed quantities

1. The Council shall keep records for each crop-year of those transactions and parts of transactions in wheat which are part of the guaranteed quantities in annexes A and B to article III.

2. A transaction or part of a transaction in wheat grain between an exporting country and an importing country shall be entered in the Council's records against the guaranteed quantities of those countries for a crop-year:

(a) provided that (i) it is at a price not higher than the maximum nor lower than the minimum specified in or determined under article VI for that crop-year and (ii)

the exporting country and the importing country have not agreed that it shall not be entered against their guaranteed quantities; and

(b) to the extent that (i) both the exporting and the importing country concerned have unfulfilled guaranteed quantities for that crop-year and (ii) the loading period specified in the transaction falls within that crop-year.

3. If the exporting country and the importing country concerned so agree, a transaction or part of a transaction made under an agreement for the purchase and sale of wheat entered into prior to the entry into force of part 2 of this Agreement shall, irrespective of price but subject to the conditions in (b) of paragraph 2 of this article, also be entered in the Council's records against the guaranteed quantities⁹ of those countries.

4. If a commercial contract or governmental agreement on the sale and purchase of wheat-flour contains a statement, or if the exporting country and the importing country concerned inform the Council that they are agreed, that the price of such wheat-flour is consistent with the prices specified in or determined under article VI, the wheat grain equivalent of such wheat-flour shall, subject to the conditions prescribed in (a), (ii), and (b) of paragraph 2 of this article, be entered in the Council's records against the guaranteed quantities of those countries. If the commercial contract or governmental agreement does not contain a statement of the nature referred to above and the exporting country and the importing country concerned do not agree that the price of the wheat-flour is consistent with the prices specified in or determined under article VI, either of those countries may, unless they have agreed that the wheat grain equivalent of that wheat-flour shall not be entered in the Council's records against their guaranteed quantities, request the Council to decide the issue. Should the Council, on consideration of such a request, decide that the price of such wheat-flour is consistent with the prices specified in or determined under article VI, the wheat grain equivalent of the wheat-flour shall be entered against the guaranteed quantities of the exporting and importing countries concerned, subject to the conditions prescribed in (b) of paragraph 2 of this article. Should the Council, on consideration of such a request, decide that the price of such wheat-flour is inconsistent with the prices specified in or determined under article VI, the wheat grain equivalent of the wheat-flour shall not be so entered.

5. The Council shall prescribe rules of procedure, in accordance with the following provisions, for the reporting and recording of transactions which are part of the guaranteed quantities:

(a) Any transaction or part of a transaction, between an exporting country and an importing country, qualifying under paragraph 2, 3 or 4 of this article to form part of the guaranteed quantities of those countries shall be reported to the Council within such period and in such detail and by one or both of those countries as the Council shall lay down in its rules of procedure.

(b) Any transaction or part of a transaction reported in accordance with the provisions of subparagraph (a) shall be entered in the Council's records against the guaranteed quantities of the exporting country and the importing country between which the transaction is made.

(c) The order in which transactions and parts of transactions shall be entered in the Council's records against the guaranteed quantities shall be prescribed by the Council in its rules of procedure.

(d) The Council shall, within a time to be prescribed in its rules of procedure, notify each exporting country and each importing country of the entry of any transaction or part of a transaction in the Council's records against the guaranteed quantities of that country.

(e) If, within a period which the Council shall prescribe in its rules of procedure, the importing country or the exporting country concerned objects in any respect to the entry of a transaction or part of a transaction in the Council's records against its guaranteed quantities, the Council shall review the matter and, if it decides that the objection is well founded, shall amend its records accordingly.

(f) If any exporting or importing country considers it probable that the full amount of wheat already entered in the Council's records against its guaranteed quantity for the current crop-year will not be loaded within that crop-year, that country may request the Council to make appropriate reductions in the amounts entered in its records. The Council shall consider the matter and, if it decides that the request is justified, shall amend its records accordingly.

(g) Any wheat purchased by an importing country from an exporting country and resold to another importing country may, by agreement of the importing countries concerned, be entered against the unfulfilled guaranteed purchases of the importing country to which the wheat is finally resold provided that a corresponding reduction is made in the amount entered against the guaranteed purchases of the first importing country.

(h) The Council shall send to all exporting and importing countries, weekly or at such other interval as the Council may prescribe in its rules of procedure, a statement of the amounts entered in its records against guaranteed quantities.

(i) The Council shall notify all exporting and importing countries immediately when the guaranteed quantity of any exporting or importing country for any crop-year has been fulfilled.

6. Each exporting country and each importing country may be permitted, in the fulfillment of its guaranteed quantities, a degree of tolerance to be prescribed by the Council for that country on the basis of the size of its guaranteed quantities and other relevant factors.

ARTICLE V

Enforcement of rights

1. — (a) Any importing country which finds difficulty in purchasing its unfulfilled guaranteed quantity for any crop-year at prices consistent with the maximum prices specified in or determined under article VI may request the Council's help in making the desired purchases.

(b) Within three days of the receipt of a request under subparagraph (a) the Secretary of the Council shall notify those exporting countries which have unfulfilled guaranteed quantities for the relevant crop-year of the amount of the unfulfilled guaranteed quantity of the importing country which has requested the Council's help and invite them to offer to sell wheat at prices consistent with the maximum prices specified in or determined under article VI.

(c) If within fourteen days of the notification by the Secretary of the Council under subparagraph (b) the whole of the unfulfilled guaranteed quantity of the importing country concerned, or such part thereof as in the opinion of the Council is reasonable at the time the request is made, has not been offered for sale, the Council, having regard to any circumstances which the exporting and the importing countries may wish to submit for consideration and in particular to the industrial programs of any country as well as to the normal traditional volume and ratio of imports of wheat-flour and wheat grain imported by the importing country concerned, shall, within seven days, decide the quantities, and also if requested to do so the quality and grade, of wheat

grain and/or wheat-flour which it is appropriate for each or any of the exporting countries to sell to that importing country for loading during the relevant crop-year.

(d) Each exporting country required by the Council's decision under subparagraph (c) to offer quantities of wheat grain and/or wheat-flour for sale to the importing country shall, within thirty days from the date of that decision, offer to sell those quantities to such importing country for loading during the relevant crop-year at prices consistent with the maximum prices specified in or determined under article VI and, unless those countries agree otherwise, on the same conditions regarding the currency in which payment is to be made as prevail generally between them at that time. If no trade relations have hitherto existed between the exporting country and the importing country concerned and if those countries fail to agree on the currency in which payment is to be made, the Council shall decide the issue.

(e) In case of disagreement between an exporting country and an importing country on the quantity of wheat-flour to be included in a particular transaction being negotiated in compliance with the Council's decision under subparagraph (c), or on the relation of the price of such wheat-flour to the maximum prices of wheat grain specified in or determined under article VI, or on the conditions on which the wheat grain and/or wheat-flour shall be bought and sold, the matter shall be referred to the Council for decision.

2.—(a) Any exporting country which finds difficulty in selling its unfulfilled guaranteed quantity for any crop-year at prices consistent with the minimum prices specified in or determined under article VI may request the Council's help in making the desired sales.

(b) Within three days of the receipt of a request under subparagraph (a) the Secretary of the Council shall notify those importing countries which have unfulfilled guaranteed quantities for the relevant crop-year of the amount of the unfulfilled guaranteed quantity of the exporting country which has requested the Council's help and invite them to offer to purchase wheat at prices consistent with the minimum prices specified in or determined under article VI.

(c) If within fourteen days of the notification by the Secretary of the Council under subparagraph (b) the whole of the unfulfilled guaranteed quantity of the exporting country concerned, or such part thereof as in the opinion of the Council is reasonable at the time the request is made, has not been purchased, the Council, having regard to any circumstances which the exporting and the importing countries may wish to submit for consideration and in particular to the industrial programs of any country as well as to the normal traditional volume and ratio of imports of wheat-flour and wheat grain imported by the importing countries concerned, shall, within seven days, decide the quantities and also, if requested to do so, the quality and grade of wheat grain and/or wheat-flour which it is appropriate for each or any of the importing countries to purchase from that exporting country for loading during the relevant crop-year.

(d) Each importing country required by the Council's decision under subparagraph (c) to offer to purchase quantities of wheat grain and/or wheat-flour from the exporting country shall, within thirty days from the date of that decision, offer to purchase those quantities from such exporting country for loading during the relevant crop-year at prices consistent with the minimum prices specified in or determined under article VI and, unless those countries agree otherwise, on the same conditions regarding the currency in which payment is to be made as prevail generally between them at that time. If no trade relations have hitherto existed between the exporting country and the importing country concerned and if

those countries fail to agree on the currency in which payment is to be made, the Council shall decide the issue.

(e) In case of disagreement between an exporting country and an importing country on the quantity of wheat-flour to be included in a particular transaction being negotiated in compliance with the Council's decision under subparagraph (c), or on the relation of the price of such wheat-flour to the minimum prices of wheat grain specified in or determined under article VI, or on the conditions on which the wheat grain and/or wheat-flour shall be bought and sold, the matter shall be referred to the Council for decision.

ARTICLE VI

Prices

1. The basic minimum and maximum prices for the duration of this Agreement shall be:

Crop-year	Minimum	Maximum
1949-1950	\$ 1.50	\$ 1.80
1950-1951	\$ 1.40	\$ 1.80
1951-1952	\$ 1.30	\$ 1.80
1952-1953	\$ 1.20	\$ 1.80

Canadian currency per bushel at the parity for the Canadian dollar, determined for the purposes of the International Monetary Fund as at March 1, 1949 for No. 1 Manitoba Northern wheat in bulk in store Fort William/Port Arthur. The basic minimum and maximum prices, and the equivalents thereof hereafter referred to, shall exclude such carrying charges and marketing costs as may be agreed between the buyer and the seller.

2. The equivalent maximum prices for bulk wheat for:

(a) No. 1 Manitoba Northern wheat in store Vancouver shall be the maximum price for No. 1 Manitoba Northern wheat in bulk in store Fort William/Port Arthur specified in paragraph 1 of this article;

(b) f. a. q. wheat f. o. b. Australia, sample wheat of France (minimum natural weight seventy-six kilograms per hectolitre; minimum protein content ten per cent; maximum dockage and moisture content two per cent and fifteen per cent respectively) f. o. b. French ports, and f. a. q. top grade wheat f. o. b. Uruguay, shall be whichever is the lower of:

(i) the maximum price for No. 1 Manitoba Northern wheat in bulk in store Fort William/Port Arthur specified in paragraph 1 of this article converted into the currency of Australia, France, or Uruguay, as the case may be, at the prevailing rate of exchange, or

(ii) the price f. o. b. Australia, France, or Uruguay, as the case may be, equivalent to the c. & f. price in the country of destination of the maximum price for No. 1 Manitoba Northern wheat in bulk in store Fort William/Port Arthur specified in paragraph 1 of this article, computed by using currently prevailing transportation costs and exchange rates and, in those importing countries where a quality differential is recognized, by making such allowance for difference in quality as may be agreed between the exporting country and the importing country concerned;

(c) No. 1 Hard Winter wheat f. o. b. Gulf/Atlantic ports of the United States of America shall be the price equivalent to the c. & f. price in the country of destination of the maximum price for No. 1 Manitoba Northern wheat in bulk in store Fort William/Port Arthur specified in paragraph 1 of this article, computed by using currently prevailing transportation costs and exchange rates

and by making such allowance for difference in quality as may be agreed between the exporting country and the importing country concerned; and

(d) No. 1 Soft White wheat or No. 1 Hard Winter wheat in store Pacific ports of the United States of America shall be the maximum price for No. 1 Manitoba Northern wheat in bulk in store Fort William/Port Arthur specified in paragraph 1 of this article, computed by using the prevailing rate of exchange and by making such allowance for difference in quality as may be agreed between the exporting country and the importing country concerned.

3. The equivalent minimum price for bulk wheat for:

- (a) No. 1 Manitoba Northern wheat f. o. b. Vancouver,
- (b) f. a. q. wheat f. o. b. Australia,
- (c) sample wheat of France (minimum natural weight seventy-six kilograms per hectolitre; minimum protein content ten per cent; maximum dockage and moisture content two per cent and fifteen per cent respectively) f. o. b. French ports,
- (d) f. a. q. top grade wheat f. o. b. Uruguay,
- (e) No. 1 Hard Winter wheat f. o. b. Gulf/Atlantic ports of the United States of America, and
- (f) No. 1 Soft White wheat or No. 1 Hard Winter wheat f. o. b. Pacific ports of the United States of America,

shall be respectively: the f. o. b. prices Vancouver, Australia, France, Uruguay, United States of America Gulf/Atlantic ports and the United States of America Pacific ports equivalent to the c. & f. prices in the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland of the minimum prices for No. 1 Manitoba Northern wheat in bulk in store Fort William/Port Arthur specified in paragraph 1 of this article, computed by using currently prevailing transportation costs and exchange rates and, in those importing countries where a quality differential is recognized, by making such allowance for difference in quality as may be agreed between the exporting country and the importing country concerned.

4. The Executive Committee may, in consultation with the Advisory Committee on Price Equivalents, at any date subsequent to August 1, 1949 designate any description of wheat other than those specified in paragraphs 2 and 3 above and determine the minimum and maximum price equivalents thereof; provided that in the case of any other description of wheat the price equivalent of which has not yet been determined, the minimum and maximum prices for the time being shall be derived from the minimum and maximum prices of the description of wheat specified in this article, or subsequently designated by the Executive Committee in consultation with the Advisory Committee on Price Equivalents, which is most closely comparable to such other description, by the addition of an appropriate premium or by the deduction of an appropriate discount.

5. If any exporting or importing country represents to the Executive Committee that any price equivalent established under paragraph 2, 3, or 4 of this article is, in the light of current transportation or exchange rates or market premiums or discounts, no longer fair, the Executive Committee shall consider the matter and may, in consultation with the Advisory Committee on Price Equivalents, make such adjustment as it considers desirable.

6. If a dispute arises as to what premium or discount is appropriate for the purposes of paragraphs 4 and 5 of this article in respect of any description of wheat specified in paragraph 2 or 3 or designated under paragraph 4 of this article, the Executive Committee, in consultation with the Advisory Committee on Price Equiva-

lents, shall on the request of the exporting or importing country concerned decide the issue.

7. All decisions of the Executive Committee under paragraphs 4, 5 and 6 of this article shall be binding on all exporting and importing countries, provided that any of those countries which considers that any such decision is disadvantageous to it may ask the Council to review that decision.

8. In order to encourage and expedite the conclusion of transactions in wheat between them at prices mutually acceptable in the light of all the circumstances, the exporting and importing countries, while reserving to themselves complete liberty of action in the determination and administration of their internal agricultural and price policies, shall endeavor not to operate those policies in such a way as to impede the free movement of prices between the maximum price and the minimum price in respect of transactions in wheat into which the exporting and importing countries are prepared to enter. Should any exporting or importing country consider that it is suffering hardship as the result of such policies, it may draw the attention of the Council to the matter and the Council shall inquire into and make a report on the complaint.

ARTICLE VII

Stocks

1. In order to assure supplies of wheat to importing countries, each exporting country shall endeavor to maintain stocks of old crop wheat at the end of its crop-year at a level adequate to ensure that it will fulfill its guaranteed sales under this Agreement in each subsequent crop-year.

2. In the event of a short crop being harvested by an exporting country, particular consideration shall be given by the Council to the efforts made by that exporting country to maintain adequate stocks as required by paragraph 1 of this article before that country is relieved of any of its obligations under article x.

3. In order to avoid disproportionate purchases of wheat at the beginning and end of a crop-year, which might prejudice the stabilization of prices under this Agreement and render difficult the fulfillment of the obligations of all exporting and importing countries, importing countries shall endeavor to maintain adequate stocks at all times.

4. In the event of an appeal by an importing country under article xii, particular consideration shall be given by the Council to the efforts made by that importing country to maintain adequate stocks as required by paragraph 3 of this article before it decides in favor of such an appeal.

ARTICLE VIII

Information to be supplied to the Council

The exporting and importing countries shall report to the Council, within the time prescribed by it, such information as the Council may request in connection with the administration of this Agreement.

PART 3

Adjustment of guaranteed quantities

ARTICLE IX

Adjustments in case of nonparticipation or withdrawal of countries

1. In the event of any difference occurring between the total of the guaranteed purchases in annex A to article iii and the total of the guaranteed sales in annex B to article iii as a result of any country or

countries listed in annex A or annex B (a) not signing, or (b) not depositing an instrument of acceptance of, or (c) withdrawing under paragraph 5, 6, or 7 of article XXII from, or (d) being expelled under article XIX from, or (e) being found by the Council under article XIX to be in default of the whole or part of its guaranteed quantities under this Agreement, the Council shall, without prejudice to the right of any country to withdraw from this Agreement under paragraph 6 of article XXII, adjust the remaining guaranteed quantities so as to make the total in the one annex equal to the total in the other annex.

2. The adjustment under this article shall, unless the Council decides otherwise by two-thirds of the votes cast by the exporting countries and two-thirds of the votes cast by the importing countries, be made by reducing pro rata the guaranteed quantities in annex A or annex B, as the case may be, by the amount necessary to make the total in the one annex equal to the total in the other annex.

3. In making adjustments under this article, the Council shall keep in mind the general desirability of maintaining the total guaranteed purchases and the total guaranteed sales at the highest possible level.

ARTICLE X

Adjustment in case of short crop or necessity to safeguard balance of payments or monetary reserves

1. Any exporting or importing country which fears that it may be prevented, by a short crop in the case of an exporting country or the necessity to safeguard its balance of payments or monetary reserves in the case of an importing country, from carrying out its obligations under this Agreement in respect of a particular crop-year shall report the matter to the Council.

2. If the matter reported relates to balance of payments or monetary reserves, the Council shall seek and take into account, together with all facts which it considers relevant, the opinion of the International Monetary Fund, as far as the matter concerns a country which is a member of the Fund, on the existence and extent of the necessity referred to in paragraph 1 of this article.

3. The Council shall discuss with the reporting country the matter reported under paragraph 1 of this article and shall decide whether such country's representations are well founded. If it finds that they are well founded, it shall decide whether and to what extent and on what conditions the reporting country shall be relieved of its guaranteed quantity for the crop-year concerned. The Council shall inform the reporting country of its decision.

4. If the Council decides that the reporting country shall be relieved of the whole or part of its guaranteed quantity for the crop-year concerned, the following procedure shall apply:

(a) The Council shall, if the reporting country is an importing country, invite the other importing countries, or, if the reporting country is an exporting country, invite the other exporting countries, to increase their guaranteed quantities for the crop-year concerned up to the amount of the guaranteed quantity of which the reporting country is relieved; provided that an increase in the guaranteed quantities of an exporting country shall require approval by the Council by two-thirds of the vote cast by the exporting countries and two-thirds of the votes cast by the importing countries if any importing country, within such period as the Council shall prescribe, objects to such increase on the ground that it will have the effect of making the balance of payments problems of that importing country more difficult.

(b) If the amount of which the importing country is relieved cannot be fully offset in the manner provided

in (a) of this paragraph, the Council shall invite the exporting countries, if the reporting country is an importing country, or the importing countries, if the reporting country is an exporting country, to accept a reduction of their guaranteed quantities for the crop-year concerned up to the amount of the guaranteed quantity of which the reporting country is relieved, after taking account of any adjustments made under (a) of this paragraph.

(c) If the total offers received by the Council from the exporting and importing countries to increase their guaranteed quantities under (a) of this paragraph or to reduce their guaranteed quantities under (b) of this paragraph exceed the amount of the guaranteed quantity of which the reporting country is relieved, their guaranteed quantities shall, unless the Council decides otherwise, be increased or reduced, as the case may be, on a pro rata basis, provided that the increase or reduction of the guaranteed quantity of any such country shall not exceed its offer.

(d) If the amount of the guaranteed quantity of which the reporting country is relieved cannot be fully offset in the manner provided in (a) and (b) of this paragraph, the Council shall reduce the guaranteed quantities in annex A to article III, if the reporting country is an exporting country, or in annex B to article III, if the reporting country is an importing country, for the crop-year concerned by the amount necessary to make the total in the one annex equal to the total in the other annex. Unless the exporting countries, in the case of a reduction in annex B, or the importing countries, in the case of a reduction in annex A, agree otherwise, the reduction shall be made on a pro rata basis, account being taken of any reduction already made under (b) of this paragraph.

ARTICLE XI

Increase of guaranteed quantities by consent

The Council may at any time, upon request by an exporting or importing country, approve an increase in the figures in one annex for the remaining period of this Agreement if an equal increase is made in the other annex for that period, provided that the exporting and importing countries whose figures would thereby be changed consent.

ARTICLE XII

Additional purchases in case of critical need

In order to meet a critical need which has arisen or threatens to arise in its territory, an importing country may appeal to the Council for assistance in obtaining supplies of wheat in addition to its guaranteed purchases. On consideration of such an appeal the Council may reduce pro rata the guaranteed quantities of the other importing countries in order to provide the quantity of wheat which it determines to be necessary to relieve the emergency created by the critical need, provided that it considers that such emergency cannot be met in any other manner. Two-thirds of the votes cast by the exporting countries and two-thirds of the votes cast by the importing countries shall be required for any reduction of guaranteed purchases under this paragraph.

PART 4

Administration

ARTICLE XIII

The Council

A) Constitution:

1. An International Wheat Council is hereby established to administer this Agreement.

2. Each exporting country and each importing country shall be a voting member of the Council and may be represented at its meetings by one delegate, one alternate and advisers.

3. Any country which the Council recognizes as an irregular exporter or an irregular importer of wheat may become a non-voting member of the Council, provided that it accepts the obligations prescribed in article VIII and agrees to pay such membership fees as shall be determined by the Council. Each country which is a non-voting member of the Council shall be entitled to have one representative at its meetings.

4. The Food and Agriculture Organization of the United Nations, the International Trade Organization, the Interim Coordinating Committee for International Commodity Arrangements and such other intergovernmental organizations as the Council may decide shall each be entitled to have one non-voting representative at meetings of the Council.

5. The Council shall elect for each crop-year a Chairman and a Vice-Chairman.

B) Powers and functions:

6. The Council shall establish its rules of procedure.

7. The Council shall keep such records as are required by the terms of this Agreement and may keep such other records as it considers desirable.

8. The Council shall publish an annual report and may publish any other information concerning matters within the scope of this Agreement.

9. The Council, after consultation with the International Wheat Council established under the Memorandum of Agreement approved in June 1942 and amended in June 1946, may take over the records, assets and liabilities of that body.

10. The Council shall have such other powers and perform such other functions as it may deem necessary to carry out the terms of this Agreement.

11. The Council may, by two-thirds of the votes cast by the exporting countries and two-thirds of the votes cast by the importing countries, delegate the exercise of any of its powers or functions. The Council may at any time revoke such delegation by a majority of the votes cast. Any decision made under any powers or functions delegated by the Council in accordance with this paragraph shall be subject to review by the Council at the request of any exporting or importing country made within a period which the Council shall prescribe. Any decision, in respect of which no request for review has been made within the prescribed period, shall be binding on all exporting and importing countries.

C) Voting:

12. The importing countries shall hold 1,000 votes, which shall be distributed between them in the proportions which their respective guaranteed purchases for the current crop-year bear to the total of the guaranteed purchases for that crop-year. The exporting countries shall also hold 1,000 votes, which shall be distributed between them in the proportions which their respective guaranteed sales for the current crop-year bear to the total of the guaranteed sales for that crop-year. No exporting country or importing country shall have less than one vote and there shall be no fractional votes.

13. The Council shall redistribute the votes in accordance with the provisions of paragraph 12 of this article whenever there is any change in the guaranteed purchases or guaranteed sales for the current crop-year.

14. If an exporting or an importing country forfeits its votes under paragraph 5 of article XVII or is deprived of its votes under paragraph 3 of article XIX, the Council

shall redistribute the votes as if that country had no guaranteed quantity for the current crop-year.

15. Except where otherwise specified in this Agreement, decisions of the Council shall be by a majority of the total votes cast.

16. Any exporting country may authorize any other exporting country, and any importing country may authorize any other importing country, to represent its interests and to exercise its votes at any meeting or meetings of the Council. Evidence of such authorization satisfactory to the Council shall be submitted to the Council.

D) Sessions:

17. The Council shall meet at least once during each half of each crop-year and at such other times as the Chairman may decide.

18. The Chairman shall convene a session of the Council if so requested by (a) any five delegates of the exporting and importing countries, or (b) the delegate or delegates of any of the exporting and importing countries holding a total of not less than ten per cent of the total votes, or (c) the Executive Committee.

E) Quorum:

19. The presence of delegates with a majority of the votes held by the exporting countries and a majority of the votes held by the importing countries shall be necessary to constitute a quorum at any meeting of the Council.

F) Seat:

20. The Council shall select in July 1949 its temporary seat. The Council shall select, so soon as it deems the time propitious, its permanent seat after consultation with the appropriate organs and specialized agencies of the United Nations.

G) Legal capacity:

21. The Council shall have in the territory of each exporting and importing country such legal capacity as may be necessary for the exercise of its functions under this Agreement.

H) Decisions:

22. Each exporting and importing country undertakes to accept as binding all decisions of the Council under the provisions of this Agreement.

ARTICLE XIV

Executive Committee

1. The Council shall establish an Executive Committee. The members of the Executive Committee shall be three exporting countries elected annually by the exporting countries and not more than seven importing countries elected annually by the importing countries. The Council shall appoint the Chairman of the Executive Committee and may appoint a Vice-Chairman.

2. The Executive Committee shall be responsible to and work under the general direction of the Council. It shall have such powers and functions as are expressly assigned to it under this Agreement and such other powers and functions as the Council may delegate to it under paragraph 11 of article XIII.

3. The exporting countries on the Executive Committee shall have the same total number of votes as the importing countries. The votes of the exporting countries shall be divided among them as they shall decide, pro-

vided that no exporting country shall have more than forty per cent of the total votes of the exporting countries. The votes of the importing countries shall be divided among them as they shall decide, provided that no importing country shall have more than forty per cent of the total votes of the importing countries.

4. The Council shall prescribe rules of procedure regarding voting in the Executive Committee and may make such other provisions regarding rules of procedure in the Executive Committee as it thinks fit. A decision of the Executive Committee shall require the same majority of votes as this Agreement prescribes for the Council when making a decision on a similar matter.

5. Any exporting or importing country which is not a member of the Executive Committee may participate, without voting, in the discussion of any question before the Executive Committee whenever the latter considers that the interests of that country are affected.

ARTICLE XV

Advisory Committee on Price Equivalents

The Council shall establish an Advisory Committee on Price Equivalents consisting of representatives of three exporting countries and of three importing countries. The Committee shall advise the Council and the Executive Committee on the matters referred to in paragraphs 4, 5 and 6 of article VI and on such other questions as the Council or the Executive Committee may refer to it. The Chairman of the Committee shall be appointed by the Council.

ARTICLE XVI

The Secretariat

1. The Council shall have a Secretariat consisting of a Secretary and such staff as may be required for the work of the Council and of its committees.

2. The Council shall appoint the Secretary and determine his duties.

3. The staff shall be appointed by the Secretary in accordance with regulations established by the Council.

ARTICLE XVII

Finance

1. The expenses of delegations to the Council, of representatives on the Executive Committee and of representatives on the Advisory Committee on Price Equivalents shall be met by their respective Governments. The other expenses necessary for the administration of this Agreement, including those of the Secretariat and any remuneration which the Council may decide to pay to its Chairman or its Vice-Chairman, shall be met by annual contributions from the exporting and importing countries. The contribution of each such country for each crop-year shall be proportionate to the number of votes held by it when the budget for that crop-year is settled.

2. At its first session the Council shall approve its budget for the period ending July 31, 1950 and assess the contribution to be paid by each exporting and importing country.

3. The Council shall, at its first session during the second half of each crop-year, approve its budget for the following crop-year and assess the contribution to be paid by each exporting and importing country for that crop-year.

4. The initial contribution of any exporting or importing country acceding to this Agreement under article XXI

shall be assessed by the Council on the basis of the number of votes to be held by it and the period remaining in the current crop-year, but the assessments made upon other exporting and importing countries for the current crop-year shall not be altered.

5. Contributions shall be payable immediately upon assessment. Any exporting or importing country failing to pay its contribution within one year of its assessment shall forfeit its voting rights until its contribution is paid, but shall not be deprived of its other rights nor relieved of its obligations under this Agreement. In the event of any exporting or importing country forfeiting its voting rights under this paragraph its votes shall be redistributed as provided in paragraph 14 of article XIII.

6. The Council shall, each crop-year, publish an audited statement of its receipts and expenditures in the previous crop-year.

7. The Government of the country where the temporary or permanent seat of the Council is situated shall grant exemption from taxation on the salaries paid by the Council to its employees, except that such exemption need not apply to the nationals of that country.

8. The Council shall, prior to its dissolution, provide for the settlement of its liabilities and the disposal of its records and assets upon the termination of this Agreement.

ARTICLE XVIII

Cooperation with other intergovernmental organizations

1. The Council shall make whatever arrangements are required for consultation and cooperation with the appropriate organs of the United Nations and its specialized agencies and with other intergovernmental organizations.

2. If the Council finds that any terms of this Agreement are materially inconsistent with such requirements as may be laid down by the United Nations or through its appropriate organs and specialized agencies regarding intergovernmental commodity agreements, the inconsistency shall be deemed to be a circumstance affecting adversely the operation of this Agreement and the procedure prescribed in paragraphs 3, 4 and 5 of article XXII shall be applied.

ARTICLE XIX

Disputes and complaints

1. Any dispute concerning the interpretation or application of this Agreement which is not settled by negotiation and any complaint that any exporting or importing country has failed to fulfill its obligations under this Agreement shall, at the request of any exporting or importing country party to the dispute or making the complaint, be referred to the Council which shall make a decision on the matter.

2. No exporting or importing country shall be found to have committed a breach of this Agreement except by a majority of the votes held by the exporting countries and a majority of the votes held by the importing countries. Any finding that an exporting or importing country is in breach of this Agreement shall specify the nature of the breach and, if the breach involves default by that country in its guaranteed quantities, the extent of such default.

3. If the Council finds that an exporting country or an importing country has committed a breach of this Agreement, it may, by a majority of the votes held by the exporting countries and a majority of the votes held by the importing countries, deprive the country concerned of its voting rights until it fulfills its obligations or expel that country from the Agreement.

4. If any exporting or importing country is deprived of its votes under this article, the votes shall be redistributed as provided in paragraph 14 of article XIII. If any exporting or importing country is found in default of the whole or part of its guaranteed quantities or is expelled from this Agreement, the remaining guaranteed quantities shall be adjusted as provided in article IX.

PART 5

Final provisions

ARTICLE XX

Signature, acceptance and entry into force

1. This Agreement shall be open for signature in Washington until April 15, 1949 by the Governments of the countries listed in annex A and annex B to article III.

2. This Agreement shall be subject to acceptance by signatory Governments in accordance with their respective constitutional procedures. Subject to the provisions of paragraph 4 of this article, instruments of acceptance shall be deposited with the Government of the United States of America not later than July 1, 1949.

3. Provided that the Governments of countries listed in annex A to article III responsible for not less than seventy per cent of the guaranteed purchases and the Governments of countries listed in annex B to article III responsible for not less than eighty per cent of the guaranteed sales have accepted this Agreement by July 1, 1949, parts 1, 3, 4 and 5 of the Agreement shall enter into force on July 1, 1949 between those Governments which have accepted it. The Council shall fix a date, which shall not be later than September 1, 1949, on which part 2 of this Agreement shall enter into force between those Governments which have accepted it.

4. Any signatory Government which has not accepted this Agreement by July 1, 1949 may be granted by the Council an extension of time after that date for depositing its instrument of acceptance. Parts 1, 3, 4 and 5 of this Agreement shall enter into force for that Government on the date of the deposit of its instrument of acceptance, and part 2 of the Agreement shall enter into force for that Government on the date fixed under paragraph 3 of this article for the entry into force of that part.

5. The Government of the United States of America will notify all signatory Governments of each signature and acceptance of this Agreement.

ARTICLE XXI

Accession

The Council may, by two-thirds of the votes cast by the exporting countries and two-thirds of the votes cast by the importing countries, approve accession to this Agreement by any Government not already a party to it and prescribe conditions for such accession. Accession shall be effected by depositing an instrument of accession with the Government of the United States of America, which will notify all signatory and acceding Governments of each such accession.

ARTICLE XXII

Duration, amendment, withdrawal and termination

1. This Agreement shall remain in force until July 31, 1953.

2. The Council shall, not later than July 31, 1952, communicate to the exporting and importing coun-

tries its recommendations regarding the renewal of this Agreement.

3. If circumstances arise which, in the opinion of the Council, affect or threaten to affect adversely the operation of this Agreement, the Council may, by a majority of the votes held by the exporting countries and a majority of the votes held by the importing countries, recommend an amendment of this Agreement to the exporting and importing countries.

4. The Council may fix a time within which each exporting and importing country shall notify the Government of the United States of America whether or not it accepts the amendment. The amendment shall become effective upon its acceptance by exporting countries which hold two-thirds of the votes of the exporting countries and by importing countries which hold two-thirds of the votes of the importing countries.

5. Any exporting or importing country which has not notified the Government of the United States of America of its acceptance of an amendment by the date on which such amendment becomes effective may, after giving such written notice of withdrawal to the Government of the United States of America as the Council may require in each case, withdraw from this Agreement at the end of the current crop-year, but shall not thereby be released from any obligations under this Agreement which have not been discharged by the end of that crop-year.

6. Any exporting country which considers its interests to be seriously prejudiced by the nonparticipation in or withdrawal from this Agreement of any country listed in annex A to article III responsible for more than five per cent of the guaranteed quantities in that annex, or any importing country which considers its interests to be seriously prejudiced by the nonparticipation in or withdrawal from the Agreement of any country listed in annex B to article III responsible for more than five per cent of the guaranteed quantities in that annex, may withdraw from this Agreement by giving written notice of withdrawal to the Government of the United States of America before September 1, 1949 or such earlier date as the Council may fix by two-thirds of the votes cast by the exporting countries and by two-thirds of the votes cast by the importing countries.

7. Any exporting or importing country which considers its national security to be endangered by the outbreak of hostilities may withdraw from this Agreement by giving thirty days' written notice of withdrawal to the Government of the United States of America.

8. The Government of the United States of America will inform all signatory and acceding Governments of each notification and notice received under this article.

ARTICLE XXIII

Territorial application

1. Any Government may, at the time of signature or acceptance of or accession to this Agreement, declare that its rights and obligations under the Agreement shall not apply in respect of all or any of the overseas territories for the foreign relations of which it is responsible.

2. With the exception of territories in respect of which a declaration has been made in accordance with paragraph 1 of this article, the rights and obligations of any Government under this Agreement shall apply in respect of all territories for the foreign relations of which that Government is responsible.

3. Any Government may, at any time after its acceptance of or accession to this Agreement, by notification to the Government of the United States of America, declare that its rights and obligations under the Agreement shall apply in respect of all or any of the territo-

ries regarding which it has made a declaration in accordance with paragraph 1 of this article.

4. Any Government may, by giving notification of withdrawal to the Government of the United States of America, withdraw from this Agreement separately in respect of all or any of the overseas territories for whose foreign relations it is responsible.

5. The Government of the United States of America will inform all signatory and acceding Governments of any declaration or notification made under this article.

In witness whereof the undersigned, having been duly authorized to this effect by their respective Governments, have signed this Agreement on the dates appearing opposite their signatures.

Done at Washington, this twenty-third day of March 1949, in the English and French languages, both texts being equally authentic, the original to be deposited in the archives of the Government of the United States of America, which shall transmit certified copies thereof to each signatory and acceding Government.

For Australia:

Edwin McCarthy.

For Austria:

L. Kleinwaechter.

For Belgium:

Silvercruys.

For Bolivia:

R. Martínez Vargas.

For Brazil:

Walder Lima Sarmanho.

For Canada:

Charles F. Wilson.

For Ceylon:

G. C. S. Corea.

For China:

V. K. Wellington Koo.

For Colombia:

E. Gallego.

For Cuba:

R. Sarabasa.

For Denmark:

A. F. Knudsen.

For the Dominican Republic:

Joaquín E. Salazar.

For Ecuador:

A. Dillon.

For Egypt:

A. Hassan.

For El Salvador:

Salvador Jáuregui.

For France:

H. Bonnet.

For Greece:

Costas P. Caranicas.

For Guatemala:

I. González Arévalo.

For India:

*N. G. Abhyankar.
R. R. Saksena.*

For Ireland:

Timothy O'Connell.

For Israel:

*L. Samuel.
Arthur C. A. Liverhant.*

For Italy:

Alberto Tarchiani.

For Lebanon:

Emile Mattar.

For Liberia:

W. R. Tolbert.

For Mexico:

C. M. Cinta.

For The Netherlands:

J. B. Ritzema van Ikema.

For New Zealand:

R. W. Marshall.

For Nicaragua:

Alfredo J. Sacasa.

For Norway:

Wilhelm Munthe Morgenstjerne.

For Panama:

O. A. Vallarino.

For Paraguay:

For Peru:

Subject to the reservation that the guaranteed purchases in the case of Peru, specified in annex A to article III, shall be changed from 200,000 to 150,000 metric tons.

C. Donayre.

For the Republic of the Philippines:

*Emilio Abello.**Urbano A. Zafra.**Justiniano D. Quirino.*

For Portugal:

António Ferreira de Almeida.

For Saudi Arabia:

Ahmed Abdul Jabbar.

For Sweden:

A. Aminoff.

For Switzerland:

Werner Fuchss.

For the Union of South Africa:

W. A. Horrocks.

For the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland:

F. S. Anderson.

For the United States of America:

*Charles F. Brannan.**Albert J. Loveland.*

For Uruguay:

Juan Felipe Yriart.

For Venezuela:

Sant E. Vera.

Accord International sur le blé

Les Gouvernements parties au présent Accord,
Soucieux de surmonter les sérieux dommages causés
aux producteurs et aux consommateurs par de lourds
excédents comme par de graves pénuries de blé, et

Ayant décidé qu'il est désirable de conclure à cet effet
un accord international sur le blé,

Sont convenus de ce qui suit:

PREMIERE PARTIE

Generalités

ARTICLE I

Objet

Le présent Accord a pour objet d'assurer des approvisionnements de blé aux pays importateurs et des marchés de blé aux pays exportateurs, à des prix équitables et stables.

ARTICLE II

Définitions

1. Pour les besoins du présent Accord:
«Comité Consultatif des Equivalences de Prix» désigne le Comité créé en vertu de l'article xv.

«Bushel» équivaut à soixante livres avoirdupois.

«Frais de détention» désigne les frais de magasinage, d'intérêt et d'assurance du blé en attente d'expédition.

«C. et f.» signifie coût et fret.

«Conseil» désigne le Conseil International du Blé créé par l'article XIII.

«Année agricole» désigne la période du 1er août au 31 juillet, à l'exception de l'article VII, où ce terme désigne, pour l'Australie et l'Uruguay, la période du 1er décembre au 30 novembre, et, pour les Etats-Unis d'Amérique, la période du 1er juillet au 30 juin.

«Comité Exécutif» désigne le Comité créé par l'article XIV.

«Pays exportateur» désigne, suivant le contexte, soit (i) le Gouvernement d'un pays figurant à l'annexe B de l'article III qui a accepté le présent Accord ou y a accédé et ne s'en est pas retiré, ou (ii) ce pays lui-même et les territoires auxquels s'appliquent les droits et obligations de son Gouvernement, conformément aux dispositions de l'article XXIII.

«Faq» signifie qualité moyenne marchande.

«Fob» signifie franco bord navire de mer.

«Quantité garantie» désigne, lorsque cette expression se rapporte à un pays importateur, ses achats garantis pour une année agricole donnée, et, lorsqu'elle se rapporte à un pays exportateur, ses ventes garanties pour une année agricole donnée.

«Pays importateur» désigne, suivant le contexte, soit (i) le Gouvernement d'un pays figurant à l'annexe A de l'article III qui a accepté le présent Accord ou y a accédé et ne s'en est pas retiré, ou (ii) ce pays lui-même et les territoires auxquels s'appliquent les droits et obligations de son Gouvernement, conformément aux dispositions de l'article XXIII.

«Organisation Internationale du Commerce» désigne l'Organisation prévue dans la Charte de La Havane en date du 24 mars 1948, ou, en attendant la création définitive de cette Organisation, la Commission Intérimaire établie par une résolution adoptée par la Conférence du Commerce et de l'Emploi des Nations Unies, tenue à La Havane du 21 novembre 1947 au 24 mars 1948.

«Frais de marché» désigne tous les frais usuels d'acquisition, de commercialisation, d'affrètement, ainsi que les frais du transitaire.

«Tonne métrique» équivaut à 36,74371 bushels.

«Blé de l'ancienne récolte» désigne le blé récolté plus de deux mois avant le début de l'année agricole en cours par le pays exportateur intéressé.

«Territoire», lorsque cette expression se rapporte à un pays exportateur ou à un pays importateur, comprend tout territoire auquel s'appliquent les droits et les obligations du Gouvernement de ce pays aux termes du présent Accord, conformément aux dispositions de l'article XXIII.

«Transaction» désigne, suivant le contexte, une vente pour importation dans un pays importateur, de blé exporté ou destiné à être exporté par un pays exportateur, ou la quantité de ce blé ainsi vendu. Lorsqu'il existe dans le présent Accord une référence aux transactions entre un pays exportateur et un pays importateur, on devra l'interpréter comme désignant non seulement les transactions entre le Gouvernement d'un pays exportateur et le Gouvernement d'un pays importateur, mais aussi les transactions entre négociants et les transactions entre un négociant et le Gouvernement d'un pays exportateur ou d'un pays importateur. Dans cette définition le terme «gouvernement» sera considéré comme comprenant le Gouvernement de tout territoire auquel s'appliquent les droits et obligations de tout Gouvernement acceptant le présent Accord ou y accédant conformément aux clauses de l'article XXIII.

«Engagement non rempli» désigne la différence entre les quantités inscrites sur les registres du Conseil, conformément aux dispositions de l'article IV, au compte d'un pays exportateur ou d'un pays importateur, pour une année agricole donnée et la quantité garantie de ce pays pour cette année agricole.

«Blé», sauf à l'article VI, comprend, outre le blé en grain, la farine de blé¹.

2. Soixante-douze unités en poids de farine de blé seront considérées comme équivalentes à cent unités en

poids de blé en grain, dans tous les calculs relatifs aux achats garantis ou aux ventes garanties, à moins que le Conseil n'en décide autrement.

DEUXIEME PARTIE

Droits et obligations

ARTICLE III

Achats garantis et ventes garanties

1. Les quantités de blé figurant à l'annexe A du présent article pour chaque pays importateur représentent, sous réserve de toute augmentation ou déduction effectuées conformément aux dispositions de la troisième partie du présent Accord, les achats garantis de ce pays pour chacune des quatre années agricoles couvertes par le présent Accord.

2. Les quantités de blé figurant à l'annexe B du présent article pour chaque pays exportateur représentent, sous réserve de toute augmentation ou déduction effectuées conformément aux dispositions de la troisième partie du présent Accord, les ventes garanties de ce pays pour chacune des quatre années agricoles couvertes par le présent Accord.

3. Les achats garantis d'un pays importateur représentent la quantité maximum de blé que le Conseil, sous réserve de déduction du montant des transactions inscrites sur ses registres, conformément aux dispositions de l'article IV, au titre de ses achats garantis,

(a) pourra demander à ce pays importateur, conformément à l'article V, d'acheter aux pays exportateurs à des prix compatibles avec les prix minima stipulés à l'article VI ou déterminés en vertu des dispositions dudit article,

(b) ou pourra demander aux pays exportateurs, conformément à l'article V, de vendre à ce pays importateur à des prix compatibles avec les prix maxima stipulés à l'article VI ou déterminés en vertu des dispositions dudit article.

4. Les ventes garanties d'un pays exportateur représentent la quantité maximum de blé que le Conseil, sous réserve de déduction du montant des transactions inscrites sur ses registres, conformément à l'article IV, au titre de ces ventes garanties,

(a) pourra demander à ce pays exportateur, conformément à l'article V, de vendre aux pays importateurs à des prix compatibles avec les prix maxima stipulés à l'article VI ou déterminés en vertu des dispositions dudit article,

(b) ou pourra demander aux pays importateurs, conformément à l'article V, d'acheter à ce pays exportateur à des prix compatibles avec les prix minima stipulés à l'article VI ou déterminés en vertu des dispositions dudit article.

5. Si un pays importateur éprouve des difficultés à exercer son droit d'acheter les quantités représentant ses engagements non remplis à des prix compatibles avec les prix maxima stipulés à l'article VI ou déterminés en vertu des dispositions dudit article, ou bien si un pays exportateur éprouve des difficultés à exercer son droit de vendre les quantités représentant ses engagements non remplis à des prix compatibles avec les prix minima ainsi stipulés ou déterminés, il pourra recourir à la procédure prévue par l'article V.

6. Les pays exportateurs ne sont soumis, aux termes du présent Accord, à aucune obligation de vendre du blé, à moins qu'ils ne soient requis de le faire, ainsi que le prévoit l'article V, à des prix compatibles avec les prix maxima stipulés à l'article VI ou déterminés en vertu des dispositions dudit article. Les pays importateurs ne

¹ Note du texte français: «Blé» signifie «froment»; «farine de blé» signifie «farine de froment».

sont soumis, aux termes du présent Accord, à aucune obligation d'acheter du blé, à moins qu'ils ne soient requis de le faire, ainsi que le prévoit l'article v, à des prix compatibles avec les prix maxima stipulés à l'article vi ou déterminés en vertu des dispositions dudit article.

7. La quantité de farine de blé que fournira le cas échéant le pays exportateur et qu'acceptera le pays importateur, au titre de leurs quantités garanties respectives, sera, sous réserve des dispositions de l'article v, déter-

minée par accord entre le vendeur et l'acheteur pour chaque transaction.

8. Les pays exportateurs et les pays importateurs seront libres de remplir leurs engagements au titre de leurs quantités garanties par les voies du commerce privé ou autrement. Aucune disposition du présent Accord ne sera interprétée comme dispensant un négociant privé de se conformer aux lois ou règlements auxquels il est soumis par ailleurs.

Annexe A de l'article III

Achats garantis

Année agricole 1er août au 31 juillet	Milliers de tonnes métriques (a)				Equivalent en bushels pour chaque année agricole
	1949-1950	1950-1951	1951-1952	1952-1953	
Arabie Saoudite	50	50	50	50	1.837.185
Autriche	300	300	300	300	11.023.113
Belgique	550	550	550	550	20.209.040
Bolivie	75	75	75	75	2.755.778
Brésil	360	360	360	360	13.227.736
Ceylan	80	80	80	80	2.939.497
Chine	200	200	200	200	7.348.742
Colombie	20	20	20	20	734.874
Cuba	202	202	202	202	7.422.229
Danemark	44	44	44	44	1.616.723
Egypte	190	190	190	190	6.981.305
Equateur	30	30	30	30	1.102.311
Grèce	428	428	428	428	15.726.308
Guatemala	10	10	10	10	367.437
Inde	1.042	1.042	1.042	1.042	38.286.946
Irlande	275	275	275	275	10.104.520
Israël	100	100	100	100	3.674.371
Italie	1.100	1.100	1.100	1.100	40.418.081
Liban	65	65	65	65	2.388.341
Libéria	1	1	1	1	36.744
Mexique	170	170	170	170	6.246.431
Nicaragua	8	8	8	8	293.950
Norvège	210	210	210	210	7.716.179
Nouvelle-Zélande	125	125	125	125	4.592.964
Panama	17	17	17	17	624.643
Paraguay	60	60	60	60	2.201.623
Pays-Bas (b)	700	700	700	700	25.720.597
Pérou	200	200	200	200	7.348.742
Philippines	196	196	196	196	7.201.767
Portugal	120	120	120	120	4.409.245
République Dominicaine	20	20	20	20	734.874
Royaume-Uni	4.819	4.819	4.819	4.819	177.067.938
Salvador	11	11	11	11	404.181
Suède	75	75	75	75	2.755.778
Suisse	175	175	175	175	6.430.149
Union Sud-Africaine	300	300	300	300	11.023.113
Venezuela	90	90	90	90	3.306.934
Total (37 pays)	12.418	12.418	12.418	12.418	456.283.389

(a) A moins que le Conseil n'en décide autrement, 72 tonnes métriques de farine de blé seront considérées comme équivalent à 100 tonnes métriques de blé pour l'établissement du rapport entre les quantités de farine de blé et les quantités spécifiées dans la présente annexe.

(b) La quantité inscrite pour les Pays-Bas comprend, pour chaque année agricole, 75.000 tonnes métriques, soit 2.755.778 bushels, pour l'Indonésie.

Annexe B de l'article III

Ventes garanties

Année agricole 1er août au 31 juillet	Milliers de tonnes métriques (a)				Equivalent en bushels pour chaque année agricole
	1949-1950	1950-1951	1951-1952	1952-1953	
Australie	2.177	2.177	2.177	2.177	80.000.000
Canada	5.527	5.527	5.527	5.527	203.069.635
Etats-Unis d'Amérique (b)	4.574	4.574	4.574	4.574	168.069.635
France	90	90	90	90	3.306.934
Uruguay	50	50	50	50	1.837.185
Total	12.418	12.418	12.418	12.418	456.283.389

(a) A moins que le Conseil n'en décide autrement, 72 tonnes métriques de farine de blé seront considérées comme équivalent à 100 tonnes métriques de blé pour l'établissement du rapport entre les quantités de farine de blé et les quantités spécifiées dans la présente annexe.

(b) Si, en raison d'une récolte insuffisante, les dispositions de l'article x sont invoquées, il sera reconnu que ces «ventes garanties» ne comprennent pas les besoins minima en blé de toute zone occupée de l'approvisionnement de laquelle les Etats-Unis d'Amérique détiennent ou pourraient assumer la responsabilité, et que la nécessité de satisfaire à ces besoins constituera l'un des facteurs dont il sera tenu compte pour déterminer la capacité des Etats-Unis d'Amérique à livrer leurs ventes garanties aux termes du présent Accord.

ARTICLE IV.

Enregistrement des transactions au titre
des quantités garanties

1. Le Conseil tiendra, pour chaque année agricole, des registres pour les transactions et parties de transactions en blé qui font partie des quantités garanties figurant aux annexes A et B de l'article III.

2. Une transaction ou partie de transaction en blé en grain conclue entre un pays exportateur et un pays importateur sera inscrite sur les registres du Conseil au titre des quantités garanties de ces pays pour une année agricole :

(a) sous réserve (i) que le prix ne soit ni supérieur au maximum ni inférieur au minimum stipulés à l'article VI ou déterminés en vertu des dispositions dudit article pour cette année agricole et (ii) que le pays exportateur et le pays importateur n'aient pas convenu que cette transaction ne sera pas imputée sur leurs quantités garanties ; et

(b) dans la mesure où (i) le pays exportateur et le pays importateur intéressés ont l'un et l'autre des engagements non remplis pour cette année agricole et où (ii) la période de chargement spécifiée dans la transaction est comprise dans cette année agricole.

3. Si le pays exportateur et le pays importateur intéressés en conviennent, une transaction ou partie de transaction effectuée en vertu d'un accord sur l'achat et la vente du blé et conclue avant l'entrée en vigueur de la deuxième partie du présent Accord sera également, sans que les prix entrent en ligne de compte mais sous réserve des conditions fixées à l'alinéa (b) du paragraphe 2 du présent article, inscrite sur les registres du Conseil au titre des quantités garanties de ces pays.

4. Si un contrat commercial ou un accord gouvernemental sur la vente et l'achat de farine de blé contient une stipulation, ou si le pays exportateur et le pays importateur intéressés informent le Conseil qu'ils sont convenus que le prix de ladite farine de blé est compatible avec les prix stipulés à l'article VI ou déterminés en vertu des dispositions dudit article, l'équivalent en blé en grain de cette farine de blé sera, sous réserve des conditions prescrites aux alinéas (a), (ii), et (b) du paragraphe 2 du présent article, inscrit sur les registres du Conseil au titre des quantités garanties de ces pays. Si le contrat commercial ou l'accord gouvernemental ne contient pas de stipulation de cette nature, et si le pays exportateur et le pays importateur intéressés ne reconnaissent pas que le prix de la farine de blé est compatible avec les prix stipulés à l'article VI ou déterminés en vertu des dispositions dudit article, l'un ou l'autre de ces pays pourra, à moins qu'ils ne soient convenus que l'équivalent en blé en grain de cette farine de blé ne sera pas inscrit sur les registres du Conseil au titre de leurs quantités garanties, prier le Conseil de trancher la question. Si le Conseil, après avoir examiné cette requête, décide que le prix de ladite farine de blé est compatible avec les prix stipulés à l'article VI ou déterminés en vertu des dispositions dudit article, l'équivalent en blé en grain de ladite farine de blé sera inscrit au titre des quantités garanties des pays exportateurs et des pays importateurs intéressés, sous réserve des conditions fixées à l'alinéa (b) du paragraphe 2 du présent article. Si le Conseil, après avoir examiné cette requête, décide que le prix de ladite farine de blé est incompatible avec les prix stipulés à l'article VI ou déterminés en vertu des dispositions dudit article, l'équivalent en blé en grain de la farine de blé ne sera pas ainsi enregistré.

5. Le Conseil établira un règlement intérieur, conformément aux dispositions qui suivent, s'appliquant à la

notification et à l'enregistrement des transactions qui font partie des quantités garanties :

(a) Toute transaction ou partie de transaction, entre un pays exportateur et un pays importateur, réunissant les conditions prescrites aux paragraphes 2, 3 ou 4 du présent article pour faire partie des quantités garanties de ces pays, sera notifiée au Conseil, ainsi que le Conseil en aura décidé dans son règlement intérieur, dans les délais et avec les renseignements prévus, et par un seul ou par l'un et l'autre de ces deux pays.

(b) Toute transaction ou partie de transaction notifiée conformément aux dispositions de l'alinéa (a) sera inscrite sur les registres du Conseil au titre des quantités garanties du pays exportateur et du pays importateur entre lesquels cette transaction est conclue.

(c) L'ordre dans lequel les transactions et parties de transactions seront inscrites sur les registres du Conseil au titre des quantités garanties sera fixé par le Conseil dans son règlement intérieur.

(d) Le Conseil, dans un délai qui devra être prescrit dans son règlement intérieur, notifiera à chaque pays exportateur et à chaque pays importateur l'inscription sur ses registres de toute transaction ou partie de transaction au titre des quantités garanties de ce pays.

(e) Si, dans un délai que prescrira le Conseil dans son règlement intérieur, le pays importateur ou le pays exportateur intéressé présente, pour une raison quelconque, une objection au sujet de l'inscription d'une transaction sur les registres du Conseil au titre de ses quantités garanties, le Conseil procédera à un nouvel examen de la question et, s'il décide que l'objection est fondée, rectifiera ses registres en conséquence.

(f) Si un pays, qu'il soit exportateur ou importateur, estime que la quantité totale de blé déjà inscrite sur les registres du Conseil au titre de ses quantités garanties pour l'année agricole en cours ne sera probablement pas chargée dans le cours de cette année agricole, ce pays peut demander au Conseil d'apporter des réductions appropriées aux montants inscrits sur ses registres. Le Conseil examinera la question et, s'il décide que la requête est justifiée, rectifiera ses registres en conséquence.

(g) Toute quantité de blé achetée par un pays importateur à un pays exportateur et revendue à un autre pays importateur pourra, par voie d'accord entre les pays importateurs intéressés, être inscrite au titre de la partie non couverte des achats garantis du pays importateur auquel ce blé est finalement revendu, à condition qu'une réduction correspondante soit apportée au montant inscrit au titre des achats garantis du premier pays importateur.

(h) Le Conseil adressera à tous les pays exportateurs et importateurs, chaque semaine, ou à tout autre intervalle qu'il pourra prescrire dans son règlement intérieur, un relevé des montants inscrits sur ses registres au titre des quantités garanties.

(i) Le Conseil adressera notification immédiate à tous les pays exportateurs et importateurs lorsque les engagements relatifs à la quantité garantie d'un pays exportateur ou d'un pays importateur, pour une année agricole donnée, auront été remplis.

6. Chaque pays exportateur et chaque pays importateur pourra bénéficier, dans l'accomplissement de ses engagements au titre des quantités garanties, d'une marge de tolérance que le Conseil déterminera pour ce pays, en prenant pour base le volume de ses quantités garanties et les autres facteurs en jeu.

ARTICLE V

Exercice des droits

1. — (a) Tout pays importateur qui éprouve des difficultés à acheter les quantités représentant ses engagements non remplis pour une année agricole donnée, à des prix

compatibles avec les prix maxima stipulés à l'article vi ou déterminés en vertu dudit article, peut demander au Conseil de l'aider à effectuer les achats désirés.

(b) Dans les trois jours qui suivent la réception d'une requête formulée en vertu de l'alinéa (a) le Secrétaire du Conseil notifie à ceux des pays exportateurs qui ont des engagements non remplis pour l'année agricole en question le montant des quantités représentant les engagements non remplis du pays importateur qui a demandé l'aide du Conseil et les invite à offrir le blé à des prix compatibles avec les prix maxima stipulés à l'article vi ou déterminés en vertu des dispositions dudit article.

(c) Si, dans les quatorze jours de la notification effectuée par le Secrétaire du Conseil en vertu de l'alinéa (b), le total des engagements non remplis du pays importateur intéressé, ou telle part de ce total que le Conseil estime raisonnable au moment où la demande en a été faite, n'a pas été mis en vente, le Conseil, tenant compte de toutes les circonstances que les pays exportateurs et les pays importateurs désireraient soumettre à son examen, et en particulier des programmes de développement industriel de tout pays, ainsi que du volume traditionnel et normal et du pourcentage des importations de farine de blé et de blé en grain effectuées par le pays importateur intéressé, décide, dans les sept jours, les quantités, ainsi que, s'il est prié de le faire, la qualité et le type commercial du blé en grain ou de la farine de blé (ou du blé en grain et de la farine de blé) dont il convient que chacun ou l'un des pays exportateurs effectue la vente à ce pays importateur, et dont le chargement doit avoir lieu au cours de l'année agricole en cause.

(d) Tout pays exportateur qui est requis, sur décision du Conseil prise en vertu de l'alinéa (c), de proposer à un pays importateur la vente de quantités de blé en grain ou de farine de blé (ou de blé en grain et de farine de blé) doit, dans les trente jours de cette décision, offrir de vendre à ce pays importateur ces quantités, qui doivent être chargées au cours de l'année agricole en cause, à des prix compatibles avec les prix maxima stipulés à l'article vi ou déterminés en vertu des dispositions dudit article, et, à moins que ces pays n'en décident autrement, aux conditions généralement pratiquées par eux à cette époque, pour le choix de la devise à utiliser pour le règlement. S'il n'y a pas eu jusqu'alors de relations commerciales entre le pays exportateur et le pays importateur intéressés, et si ces pays ne parviennent pas à se mettre d'accord sur la devise à utiliser pour le règlement, le Conseil tranche le différend.

(e) En cas de désaccord entre un pays exportateur et un pays importateur sur la quantité de farine de blé qui doit être comprise dans une transaction donnée, négociée en exécution de la décision prise par le Conseil en vertu de l'alinéa (c), ou sur la relation entre le prix de ladite farine de blé avec les prix maxima du blé en grain stipulés à l'article vi ou déterminés en vertu des dispositions dudit article, ou sur les conditions auxquelles le blé en grain ou la farine de blé (ou le blé en grain et la farine de blé) doivent être achetés et vendus, la question est déferée au Conseil pour décision.

2. — (a) Tout pays exportateur qui éprouve des difficultés à vendre les quantités représentant ses engagements non remplis pour une année agricole donnée, à des prix compatibles avec les prix minima stipulés à l'article vi ou déterminés en vertu des dispositions dudit article, peut demander au Conseil de l'aider à effectuer les ventes désirées.

(b) Dans les trois jours qui suivent la réception d'une requête formulée en vertu de l'alinéa (a) le Secrétaire du Conseil notifie à ceux des pays importateurs qui ont des engagements non remplis pour l'année agricole en question le montant des quantités représentant les enga-

gements non remplis du pays exportateur qui a demandé l'aide du Conseil et les invite à acheter le blé à des prix compatibles avec les prix minima stipulés à l'article vi ou déterminés en vertu des dispositions dudit article.

(c) Si, dans les quatorze jours de la notification effectuée par le Secrétaire du Conseil en vertu de l'alinéa (b), le total des engagements non remplis du pays exportateur intéressé, ou telle part de ce total que le Conseil estime raisonnable au moment où la demande en a été faite, n'a pas été acheté, le Conseil, tenant compte de toutes les circonstances que les pays exportateurs et les pays importateurs désireraient soumettre à son examen, et en particulier des programmes de développement industriel de tout pays, ainsi que du volume traditionnel et normal et du pourcentage des importations de la farine de blé et du blé en grain effectuées par le pays importateur en question, décide, dans les sept jours, les quantités, ainsi que, s'il est prié de le faire, la qualité et le type commercial du blé en grain ou de la farine de blé (ou du blé en grain et de la farine de blé) dont il convient que chacun ou l'un des pays importateurs effectue l'achat à ce pays exportateur, et dont le chargement doit avoir lieu au cours de l'année agricole en cause.

(d) Tout pays importateur qui est requis, sur décision du Conseil prise en vertu de l'alinéa (c), de proposer à un pays exportateur l'achat de quantités de blé en grain ou de farine de blé (ou de blé et de farine de blé) doit, dans les trente jours de cette décision, demander d'acheter à ce pays exportateur ces quantités, qui doivent être chargées au cours de l'année agricole en cause, à des prix compatibles avec les prix minima stipulés à l'article vi ou déterminés en vertu des dispositions dudit article, et, à moins que ces pays n'en décident autrement, aux conditions généralement pratiquées par eux à cette époque, pour le choix de la devise à utiliser pour le règlement. S'il n'y a pas eu jusqu'alors de relations commerciales entre le pays exportateur et le pays importateur intéressés, et s'ils ne parviennent pas à se mettre d'accord sur la devise à utiliser pour le règlement, le Conseil tranche le différend.

(e) En cas de désaccord entre un pays exportateur et un pays importateur sur la quantité de farine de blé qui doit être comprise dans une transaction donnée, négociée en exécution de la décision prise par le Conseil en vertu de l'alinéa (c), ou sur la relation entre le prix de ladite farine de blé avec les prix minima du blé en grain stipulés à l'article vi ou déterminés en vertu des dispositions dudit article, ou sur les conditions auxquelles le blé en grain ou la farine de blé (ou le blé en grain et la farine de blé) doivent être achetés ou vendus, la question est déferée au Conseil pour décision.

ARTICLE VI

Prix

1. Pendant la durée du présent Accord les prix de base minima et maxima seront:

Année agricole	Minimum	Maximum
1949-1950	\$ 1,50	\$ 1,80
1950-1951	\$ 1,40	\$ 1,70
1951-1952	\$ 1,30	\$ 1,80
1952-1953	\$ 1,20	\$ 1,80

en dollars canadiens, par «bushel», à la parité du dollar canadien, déterminée pour les besoins du Fonds Monétaire International à la date du 1er mars 1949, pour le blé Manitoba Northern No. 1 en vrac en magasin Fort

William/Port Arthur. Les prix de base minima et maxima, et leurs équivalents mentionnés ci-après, ne comprendront pas les frais de détention et de marché que l'acheteur et le vendeur seraient convenus de fixer.

2. Les prix maxima équivalents du blé en vrac :

(a) pour le blé Manitoba Northern No. 1 en magasin Vancouver, seront les prix maxima du blé Manitoba Northern No. 1 en vrac en magasin Fort William/Port Arthur stipulés au paragraphe 1 du présent article;

(b) pour le blé «faq», fob Australie, pour le blé de France, échantillon (poids spécifique minimum : soixante-seize kilogrammes par hectolitre; teneur minimum en protéine : dix pour cent; maximum d'impuretés et d'humidité : deux pour cent et quinze pour cent respectivement), fob ports français, et pour le blé «faq» qualité supérieure, fob Uruguay, seront les plus bas des suivants :

(i) les prix maxima du blé Manitoba Northern No. 1 en magasin Fort William/Port Arthur stipulés au paragraphe 1 du présent article, convertis en devise australienne, française ou uruguayenne, selon le cas, au cours du change en vigueur; ou

(ii) les prix fob Australie, France ou Uruguay, selon le cas, équivalents aux prix c. et f. pays de destination des prix maxima du blé Manitoba Northern No. 1 en vrac en magasin Fort William/Port Arthur stipulés au paragraphe 1 du présent article, et calculés en utilisant les frais de transport et les taux de change en vigueur et en opérant, dans ceux des pays importateurs où sont reconnues des différences de qualité, les ajustements de prix correspondant aux différences de qualité qui pourraient être acceptés d'un commun accord entre le pays exportateur et le pays importateur intéressés;

(c) pour le blé Hard Winter No. 1 fob ports des Etats-Unis d'Amérique Golfe/côte Atlantique, seront les prix équivalents des prix c. et f. pays de destination des prix maxima pour le blé Manitoba Northern No. 1 en vrac en magasin Fort William/Port Arthur stipulés au paragraphe 1 du présent article, et calculés en utilisant les frais de transport et les taux de change en vigueur et en opérant les ajustements de prix correspondant aux différences de qualité qui pourraient être acceptés d'un commun accord entre le pays exportateur et le pays importateur intéressés; et

(d) pour le blé Soft White ou pour le blé Hard Winter No. 1 en magasin ports de la côte Pacifique des Etats-Unis d'Amérique, seront les prix maxima du blé Manitoba Northern No. 1 en vrac en magasin Fort William/Port Arthur stipulés au paragraphe 1 du présent article, calculés en utilisant le taux de change en vigueur et en opérant les ajustements de prix correspondant aux différences de qualité qui pourraient être acceptés d'un commun accord entre le pays exportateur et le pays importateur intéressés.

3. Les prix minima équivalents du blé en vrac :

(a) pour le blé Manitoba Northern No. 1 en magasin fob Vancouver,

(b) pour le blé «faq» fob Australie,

(c) pour le blé de France, échantillon (poids spécifique minimum : soixante-seize kilogrammes par hectolitre; teneur minimum en protéine : dix pour cent; maximum d'impuretés et d'humidité : deux pour cent et quinze pour cent respectivement), fob ports français,

(d) pour le blé «faq» qualité supérieure, fob Uruguay,

(e) pour le blé Hard Winter No. 1 fob ports des Etats-Unis d'Amérique Golfe/côte Atlantique, et

(f) pour le blé Soft White ou pour le blé Hard Winter No. 1 fob ports de la côte du Pacifique des Etats-Unis d'Amérique,

seront respectivement : les prix fob Vancouver, Australie, France, Uruguay, ports des Etats-Unis d'Amérique Golfe/côte Atlantique et ports de la côte Pacifique des Etats-Unis d'Amérique, équivalents aux prix c. et f. dans le Royaume-Uni de Grande-Bretagne et d'Irlande du Nord des prix minima du blé Manitoba Northern No. 1 en vrac en magasin Fort William/Port Arthur stipulés au paragraphe 1 du présent article, calculés en utilisant les frais de transport et les taux de change en vigueur et en opérant, dans ceux des pays importateurs où sont reconnues des différences de qualité, les ajustements de prix correspondant aux différences de qualité qui pourraient être acceptés d'un commun accord entre le pays exportateur et le pays importateur intéressés.

4. Le Comité Exécutif peut, en consultation avec le Comité Consultatif des Equivalences de Prix, reconnaître, à toute date postérieure au 1er août 1949, toute formule de définition de blé autre que celles mentionnées aux paragraphes 2 et 3 ci-dessus et en déterminer les prix minima et maxima équivalents, étant entendu que, pour toute nouvelle formule de définition de blé dont le prix équivalent n'a pas encore été déterminé, les prix minima et maxima seront provisoirement déterminés d'après les prix minima et maxima de la formule de définition de blé spécifiée au présent article, ou reconnue ultérieurement par le Comité Exécutif en consultation avec le Comité Consultatif des Equivalences de Prix, qui se rapproche le plus de ladite nouvelle définition, par l'addition d'une prime appropriée ou par la déduction d'un escompte approprié.

5. Si un pays exportateur ou un pays importateur fait remarquer au Comité Exécutif qu'un prix équivalent établi conformément aux dispositions des paragraphes 2, 3 ou 4 du présent article n'est plus, à la lumière des tarifs de transport, des taux de change, des primes ou des escomptes en vigueur, un prix équitable, le Comité Exécutif examinera la question et pourra, en consultation avec le Comité Consultatif des Equivalences de Prix, opérer tel ajustement qu'il jugera souhaitable.

6. En cas de contestation sur le choix de la prime ou de l'escompte approprié pour l'application des dispositions des paragraphes 4 et 5 du présent article, en ce qui concerne toute formule de définition de blé spécifiée aux paragraphes 2 ou 3, ou reconnue en vertu du paragraphe 4 du présent article, le Comité Exécutif, en consultation avec le Comité Consultatif des Equivalences de Prix, tranchera le différend à la demande du pays exportateur ou du pays importateur intéressé.

7. Toutes les décisions du Comité Exécutif prises en vertu des dispositions des paragraphes 4, 5 et 6 du présent article lieront tous les pays exportateurs et tous les pays importateurs, étant entendu que tout pays qui se considérera désavantagé par quelque-une de ces décisions pourra demander qu'une session du Conseil soit convoquée pour en reprendre l'examen.

8. Afin d'encourager et d'accélérer entre eux la conclusion de transactions sur le blé, à des prix mutuellement acceptables à la lumière de toutes les conditions du moment, les pays exportateurs et les pays importateurs, tout en se réservant une complète liberté d'action dans la fixation et l'application de leur politique intérieure en matière d'agriculture et de prix, s'efforceront de ne pas faire usage de cette politique, à l'égard des transactions sur le blé que les pays exportateurs et les pays importateurs sont disposés à effectuer, de telle façon que le libre jeu des prix entre le prix maximum et le prix minimum en soit entravé. Si un pays exportateur ou un pays importateur estime qu'il est lésé dans ses intérêts par suite d'une telle politique, il pourra porter le cas à l'attention du Conseil, qui procédera à une enquête et établira un rapport sur la plainte dont il est saisi.

ARTICLE VII

Stocks

1. Afin d'assurer des fournitures de blé aux pays importateurs, chaque pays exportateur s'efforcera, à la fin de son année agricole, de maintenir les stocks de blé de l'ancienne récolte à un niveau suffisant pour assurer qu'il exécutera, au cours de chaque année agricole, ses engagements au titre des ventes garanties aux termes du présent Accord.

2. Au cas où un pays exportateur aurait fait une récolte insuffisante, le Conseil devra consacrer une attention particulière aux efforts déployés par ce pays exportateur pour maintenir des stocks suffisants, ainsi qu'il est prévu au paragraphe 1 du présent article, avant de relever ce pays de l'une des obligations que lui impose l'article x.

3. Afin d'éviter, au début et à la fin d'une année agricole, des achats disproportionnés de blé, qui pourraient porter préjudice à la stabilisation des prix visée par le présent Accord et rendre difficile l'accomplissement des obligations de tous les pays exportateurs et de tous les pays importateurs, les pays importateurs s'efforceront d'assurer le maintien, à toute époque, de stocks suffisants.

4. Au cas où un pays importateur ferait appel en vertu de l'article xii, le Conseil devra consacrer une attention particulière aux efforts déployés par ce pays importateur pour maintenir des stocks suffisants, ainsi qu'il est prévu au paragraphe 3 du présent article, avant de se prononcer favorablement sur ce recours.

ARTICLE VIII

Informations à fournir au Conseil

Les pays exportateurs et les pays importateurs notifieront au Conseil, dans les délais que celui-ci aura prescrits, telle information qu'il pourra demander pour les besoins de l'administration du présent Accord.

TROISIEME PARTIE

Ajustement des quantités garanties

ARTICLE IX

Ajustements dans le cas de non participation
ou de retrait de certains pays

1. S'il résulte une différence quelconque entre le total des achats garantis figurant à l'annexe A de l'article iii et le total des ventes garanties figurant à l'annexe B de l'article iii du fait qu'un ou plusieurs pays figurant à l'annexe A ou à l'annexe B (a) n'auront pas signé l'Accord, ou (b) n'auront pas déposé un instrument d'acceptation, ou (c) se seront retirés du présent Accord en vertu des dispositions des paragraphes 5, 6 ou 7 de l'article xxii, ou (d) auront été exclus du présent Accord en vertu de l'article xix, ou (e) auront été déclarés par le Conseil, selon les dispositions de l'article xix, en défaut pour tout ou partie de leurs quantités garanties aux termes du présent Accord, le Conseil, sans préjudice du droit reconnu à tout pays, par le paragraphe 6 de l'article xxii, de se retirer du présent Accord, ajustera les quantités garanties restantes de façon que le total d'une annexe soit égal à celui de l'autre annexe.

2. A moins que le Conseil n'en décide autrement à la majorité des deux tiers des voix exprimées par les pays exportateurs et des deux tiers des voix exprimées par les pays importateurs, l'ajustement prévu par le présent article sera effectué par la réduction au pro rata des quantités garanties à l'annexe A ou à l'annexe B, selon le

cas, du montant nécessaire pour que le total d'une annexe soit égal à celui de l'autre annexe.

3. En opérant l'ajustement prévu par le présent article, le Conseil ne devra pas perdre de vue que, d'une manière générale, il est désirable de maintenir le total des achats garantis et le total des ventes garanties à un niveau aussi élevé que possible.

ARTICLE X

Ajustements en cas de récolte insuffisante
ou de nécessité de sauvegarder
la balance des paiements ou les réserves monétaires

1. Tout pays exportateur ou tout pays importateur craignant qu'une récolte insuffisante, dans le cas d'un pays exportateur, ou que la nécessité de sauvegarder sa balance des paiements ou ses réserves monétaires, dans le cas d'un pays importateur, l'empêche d'exécuter ses obligations en vertu du présent Accord, pour une année agricole donnée, en référer au Conseil.

2. Si la question déferée au Conseil porte sur la balance des paiements ou les réserves monétaires, le Conseil s'enquerra et tiendra compte, en même temps que de tous les éléments qu'il jugera afférents à la situation, de l'avis du Fonds Monétaire International, dans la mesure où la question intéresse un pays membre du Fonds, quant à l'existence et à l'étendue de la nécessité à laquelle se réfère le paragraphe 1 du présent article.

3. Le Conseil discutera avec le pays en cause la question qui lui est déferée en vertu du paragraphe 1 du présent article et décidera si la requête de ce pays est fondée. S'il estime que cette requête est fondée, il décidera si, et dans quelle mesure et à quelles conditions, le pays qui lui en a référé pourra être dispensé d'exécuter intégralement les engagements pris au titre de ses quantités garanties pour l'année agricole en question. Le Conseil informera de sa décision le pays qui lui en aura référé.

4. Si le Conseil décide que le pays qui lui en a référé doit être exempté de tout ou partie de ses quantités garanties pour l'année agricole en question, la procédure suivante sera appliquée:

(a) Le Conseil invitera, si le pays qui lui en a référé est un pays importateur, les autres pays importateurs, ou, si le pays qui lui en a référé est un pays exportateur, les autres pays exportateurs, à augmenter leurs quantités garanties pour l'année agricole en question jusqu'à concurrence du montant de la quantité dont aura été exempté le pays qui en aura référé au Conseil; toutefois, une augmentation des quantités garanties d'un pays exportateur nécessitera l'approbation du Conseil, à la majorité des deux tiers des voix exprimées par les pays exportateurs et des deux tiers des voix exprimées par les pays importateurs, si un pays importateur, dans tel délai que le Conseil prescrira, formule des objections à l'égard de cette augmentation, en se fondant sur le fait qu'elle aurait pour résultat d'aggraver les problèmes de balance des paiements de ce pays importateur.

(b) Si le montant de la quantité dont a été exempté le pays importateur ne peut être complètement compensé suivant la procédure prévue à l'alinéa (a) du présent paragraphe, le Conseil invitera les pays exportateurs, si le pays qui lui en a référé est un pays importateur, ou les pays importateurs, si le pays qui lui en a référé est un pays exportateur, à accepter une réduction de leurs quantités garanties pour l'année agricole en question jusqu'à concurrence de la quantité garantie dont est exempté le pays qui en a référé, compte tenu de tous ajustements opérés en vertu de l'alinéa (a) du présent paragraphe.

(c) Si le total des offres reçues par le Conseil de la part des pays exportateurs et importateurs, à l'effet soit

d'augmenter leurs quantités garanties en vertu de l'alinéa (a) du présent paragraphe, soit de réduire leurs quantités garanties en vertu de l'alinéa (b) du présent paragraphe, dépasse le montant de la quantité garantie dont est exempté le pays qui en a référé au Conseil, leurs quantités garanties seront, à moins que le Conseil n'en décide autrement, augmentées ou réduites, selon le cas, au pro rata, pourvu que l'augmentation ou la réduction de la quantité garantie d'un de ces pays ne dépasse pas son offre.

(d) Si le montant de la quantité garantie dont est exempté le pays qui en a référé au Conseil ne peut être complètement compensé de la façon prévue aux alinéas (a) et (b) du présent paragraphe, le Conseil réduira les quantités garanties pour l'année agricole en question figurant à l'annexe A de l'article III, si le pays qui lui en a référé est un pays exportateur, ou à l'annexe B de l'article III, si le pays qui lui en a référé est un pays importateur, du montant nécessaire pour que le total d'une annexe soit égal à celui de l'autre annexe. A moins que les pays exportateurs, en cas de réduction à l'annexe B, ou les pays importateurs, en cas de réduction à l'annexe A, n'en décident autrement, la réduction sera effectuée au pro rata, compte tenu de toute réduction déjà effectuée en vertu de l'alinéa (b) du présent paragraphe.

ARTICLE XI

Augmentation par consentement mutuel des quantités garanties

Le Conseil peut, à tout moment, à la demande d'un pays exportateur ou d'un pays importateur, approuver une augmentation des chiffres figurant à l'une des annexes, pour le reste de la période couverte par le présent Accord, si une augmentation égale est apportée à l'autre annexe pour la même période, sous réserve de l'accord des pays exportateurs et importateurs dont les chiffres seraient modifiés de ce fait.

ARTICLE XII

Achats supplémentaires en cas de besoins critiques

En vu de subvenir à des besoins critiques qui se manifestent ou menacent de se faire sentir sur son territoire, un pays importateur peut faire appel au Conseil pour lui demander de l'aider à obtenir des approvisionnements de blé en supplément de ses achats garantis. Après examen de cette demande, le Conseil, à condition qu'il reconnaisse qu'une telle crise ne peut être résolue d'autre manière, pourra réduire au pro rata les quantités garanties des autres pays importateurs, afin de fournir la quantité de blé qu'il jugera nécessaire pour remédier à la situation critique créée par cette pénurie. La majorité des deux tiers des voix exprimées par les pays exportateurs et des deux tiers des voix exprimées par les pays importateurs sera nécessaire pour décider toute réduction des achats garantis effectuée en vertu du présent paragraphe.

QUATRIÈME PARTIE

Administration

ARTICLE XIII

Le Conseil

A) Acte constitutif:

1. Il est créé par les présentes un Conseil International du Blé pour administrer le présent Accord.

2. Chaque pays exportateur et chaque pays importateur est membre votant du Conseil et peut être repré-

senté aux réunions par un délégué, un suppléant et des conseillers.

3. Tout pays reconnu par le Conseil comme n'exportant pas régulièrement ou n'important pas régulièrement du blé peut devenir membre du Conseil sans droit de vote, pourvu qu'il accepte les obligations imposées par l'article VIII et consente à payer la cotisation fixée par le Conseil. Tout pays membre du Conseil sans droit de vote est autorisé à envoyer un représentant aux réunions.

4. L'Organisation pour l'Alimentation et l'Agriculture des Nations Unies, l'Organisation Internationale du Commerce, le Comité Intérimaire de Coordination des Ententes Internationales sur les Produits et, sur décision du Conseil, toute autre organisation intergouvernementale peuvent chacune déléguer un représentant n'ayant pas le droit de vote aux réunions du Conseil.

5. Pour chaque année agricole le Conseil élit un Président et un Vice-Président.

B) Pouvoirs et fonctions du Conseil:

6. Le Conseil établit son règlement intérieur.

7. Le Conseil tient les registres nécessaires à l'application des dispositions du présent Accord et peut réunir toute autre documentation qu'il juge souhaitable.

8. Le Conseil publie un rapport annuel et peut publier toute autre information relative à des questions relevant du présent Accord.

9. Le Conseil, après consultation avec la Commission Consultative du Blé créée en vertu du Mémorandum d'Accord approuvé en juin 1942 et amendé en juin 1946, pourra reprendre les archives, l'actif et le passif de cet organisme.

10. Le Conseil a tous autres pouvoirs et exerce toutes autres fonctions qu'il peut estimer nécessaires pour assurer l'exécution des dispositions du présent Accord.

11. Le Conseil peut, à la majorité des deux tiers des voix exprimées par les pays exportateurs et des deux tiers des voix exprimées par les pays importateurs, déléguer l'exercice de n'importe lesquels de ses pouvoirs ou fonctions. Le Conseil peut, à tout moment, révoquer une telle délégation de pouvoirs à la majorité des voix exprimées. Toute décision prise en vertu de tous pouvoirs ou fonctions délégués par le Conseil, conformément aux dispositions du présent paragraphe, sera sujette à révision de la part du Conseil, sur la demande qui en aura été présentée par tout pays exportateur ou tout pays importateur, dans les délais que le Conseil prescrira. Toute décision au sujet de laquelle aucune demande de révision n'aura été présentée dans les délais prescrits liera tous les pays exportateurs et tous les pays importateurs.

C) Vote:

12. Les pays importateurs détiennent 1.000 voix, qui sont réparties entre eux dans le rapport entre leurs achats garantis respectifs pour l'année agricole en cours et le total des achats garantis pour cette année agricole. Les pays exportateurs détiennent également 1.000 voix, qui sont réparties entre eux dans le rapport entre leurs ventes garanties respectives pour l'année agricole en cours et le total des ventes garanties pour cette année agricole. Tout pays exportateur ou pays importateur dispose d'au moins une voix; il n'y a pas de fraction de voix.

13. Chaque fois qu'une modification se produit dans les achats garantis ou les ventes garanties pour l'année agricole en cours le Conseil redistribue les voix, conformément aux dispositions du paragraphe 12 du présent article.

14. Si un pays exportateur ou un pays importateur est déchu de son droit de vote en vertu des dispositions

du paragraphe 5 de l'article xvii, ou en cas de suspension de son droit de vote en vertu des dispositions du paragraphe 3 de l'article xix, le Conseil procède à une nouvelle répartition des voix, comme si ledit pays n'avait aucune quantité garantie pour l'année agricole en cours.

15. Sauf disposition contraire du présent Accord, les décisions du Conseil sont prises à la majorité des voix exprimées.

16. Tout pays exportateur peut autoriser un autre pays exportateur et tout pays importateur peut autoriser un autre pays importateur à représenter ses intérêts et à exercer son droit de vote à une ou à toutes les réunions du Conseil. Une preuve de cette autorisation acceptable par le Conseil doit être soumise au Conseil.

D) Sessions:

17. Le Conseil se réunit au moins une fois par semestre au cours de chaque année agricole et à toute autre date que le Président peut fixer.

18. Le Président convoque une session du Conseil à la demande (a) de cinq délégués de pays exportateurs et pays importateurs, ou (b) du délégué ou des délégués de tout pays exportateur ou pays importateur ou de tous pays exportateurs ou pays importateurs détenant au moins dix pour cent du total des voix, ou (c) du Comité Exécutif.

E) Quorum:

19) A toute réunion du Conseil la présence des délégués possédant la majorité des voix détenues par les pays exportateurs et la majorité des voix détenues par les pays importateurs est nécessaire pour constituer le quorum.

F) Siège:

20. Le Conseil choisira, en juillet 1949, le lieu de son siège provisoire. Le Conseil choisira, dès qu'il le jugera opportun, le lieu de son siège permanent, après consultation avec les organismes appropriés et les institutions spécialisées des Nations Unies.

G) Capacité juridique:

21. Le Conseil a, sur le territoire de chaque pays exportateur et de chaque pays importateur, la capacité juridique nécessaire à l'exercice des fonctions que lui confère le présent Accord.

H) Décisions:

22. Chaque pays exportateur et chaque pays importateur s'engage à se considérer comme lié par toutes les décisions prises par le Conseil en vertu des dispositions du présent Accord.

ARTICLE XIV

Le Comité Exécutif

1. Le Conseil créera un Comité Exécutif. Ce Comité Exécutif sera composé de trois pays exportateurs, élus chaque année par les pays exportateurs, et de sept pays importateurs au plus, élus chaque année par les pays importateurs. Le Conseil nommera le Président du Comité Exécutif et pourra nommer un Vice-Président.

2. Le Comité Exécutif sera responsable devant le Conseil et fonctionnera sous la direction générale du Conseil. Il aura tels pouvoirs et fonctions qui lui sont expressément assignés par le présent Accord et tels autres pouvoirs et fonctions que le Conseil pourra lui déléguer en vertu du paragraphe 11 de l'article xiii.

3. Les pays exportateurs siégeant au Comité Exécutif auront le même nombre total de voix que les pays importateurs. Les voix des pays exportateurs seront réparties entre eux, ainsi qu'ils le décideront, pourvu qu'aucun

pays exportateur ne détienne plus de quarante pour cent du total des voix des pays exportateurs. Les voix des pays importateurs seront réparties entre eux, ainsi qu'ils le décideront, pourvu qu'aucun pays importateur ne détienne plus de quarante pour cent du total des voix des pays importateurs.

4. Le Conseil prescrira le règlement intérieur relatif à la procédure de vote du Comité Exécutif et pourra prescrire telles autres clauses qu'il jugera appropriées pour le règlement intérieur du Comité Exécutif. Une décision du Comité Exécutif devra être prise à la même majorité de voix que celle que le présent Accord exige du Conseil lorsque celui-ci prend une décision sur une question semblable.

5. Tout pays exportateur ou tout pays importateur qui n'est pas membre du Comité Exécutif peut participer, sans droit de vote, à la discussion de toute question dont est saisi le Comité Exécutif, chaque fois que celui-ci considère que les intérêts de ce pays sont en cause.

ARTICLE XV

Le Comité Consultatif des Equivalences de Prix

Le Conseil créera un Comité Consultatif des Equivalences de Prix composé de représentants de trois pays exportateurs et de trois pays importateurs.

Le Comité donnera son avis au Conseil et au Comité Exécutif sur les questions visées aux paragraphes 4, 5 et 6 de l'article vi et sur telles autres questions que le Conseil ou le Comité Exécutif pourront lui référer. Le Président du Comité sera nommé par le Conseil.

ARTICLE XVI

Le Secrétariat

1. Le Conseil dispose d'un Secrétariat composé d'un Secrétaire et du personnel que pourront nécessiter les travaux du Conseil et de ses comités.

2. Le Conseil nommera le Secrétaire et déterminera ses attributions.

3. Le personnel sera nommé par le Secrétaire, conformément au règlement établi par le Conseil.

ARTICLE XVII

Dispositions financières

1. Les dépenses des délégations au Conseil, des représentants au Comité Exécutif et des représentants au Comité Consultatif des Equivalences de Prix seront couvertes par les Gouvernements représentés. Les autres dépenses entraînées par l'administration du présent Accord, y compris celles du Secrétariat et tout rémunération que le Conseil pourra décider de verser à son Président ou à son Vice-Président, seront couvertes par voie de cotisation annuelle des pays exportateurs et des pays importateurs. La cotisation de chacun de ces pays pour chaque année agricole sera proportionnelle au nombre de voix qu'il détiendra au moment où est arrêté le budget de ladite année agricole.

2. Au cours de sa première session le Conseil votera son budget pour la période se terminant le 31 juillet 1950 et fixera la cotisation mise à la charge de chaque pays exportateur et de chaque pays importateur.

3. Le Conseil, lors de sa première session pendant le second semestre de chaque année agricole, votera son budget pour l'année agricole suivante et fixera la cotisation de chaque pays exportateur et de chaque pays importateur pour ladite année agricole.

4. La cotisation initiale de tout pays exportateur ou de tout pays importateur accédant au présent Accord conformément aux dispositions de l'article XXI sera fixée par le Conseil, sur la base du nombre de voix que détiendra ce pays et de la période restant à courir dans l'année agricole en cours; toutefois, les cotisations fixées pour les autres pays exportateurs et pour les autres pays importateurs au titre de l'année agricole en cours ne seront pas modifiées.

5. Les cotisations sont exigibles dès leur fixation. Tout pays exportateur ou tout pays importateur qui omettra de régler le montant de sa cotisation dans l'année qui en suivra la fixation perdra son droit de vote jusqu'à ce qu'il se soit acquitté de ladite cotisation, mais il ne sera ni privé des autres droits que lui confère le présent Accord, ni relevé des obligations que celui-ci lui impose. Si un pays exportateur ou un pays importateur perd son droit de vote aux termes du présent paragraphe, les voix seront redistribuées conformément aux dispositions du paragraphe 14 de l'article XIII.

6. Le Conseil publiera, au cours de chaque année agricole, une situation certifiée de ses recettes encaissées et de ses dépenses engagées au cours de l'année agricole précédente.

7. Le Gouvernement du pays où est situé le siège temporaire ou permanent du Conseil accordera une exemption d'impôts sur les appointements versés par le Conseil à son personnel; toutefois, cette exemption ne s'appliquera pas aux ressortissants de ce pays.

8. Le Conseil devra, avant sa dissolution, prendre toutes dispositions en vue du règlement de son passif et de l'affectation de son actif et de ses archives, au moment où le présent Accord cessera d'être en vigueur.

ARTICLE XVIII

Coopération avec d'autres organisations intergouvernementales

1. Le Conseil prendra toutes dispositions utiles pour assurer l'échange d'informations et la coopération nécessaires avec les organismes appropriés des Nations Unies et leurs institutions spécialisées, ainsi qu'avec d'autres organisations intergouvernementales.

2. Si le Conseil constate que certaines dispositions du présent Accord sont matériellement incompatibles avec telles obligations que les Nations Unies, leurs organismes compétents et leurs institutions spécialisées pourraient établir en matière d'accords intergouvernementaux sur les produits, cette incompatibilité sera considérée comme une circonstance nuisant au fonctionnement du présent Accord, et la procédure prescrite par les paragraphes 3, 4 et 5 de l'article XXII sera appliquée.

ARTICLE XIX

Contestations et réclamations

1. Tout différend relatif à l'interprétation ou à l'application du présent Accord qui n'aura pas été réglé par voie de négociation et toute plainte formulée contre un pays exportateur ou un pays importateur qui n'aura pas rempli les obligations qui lui sont imposées par le présent Accord seront, sur la demande de tout pays exportateur ou de tout pays importateur partie au différend ou auteur de la plainte, déferés au Conseil, qui prendra une décision en la matière.

2. Aucun pays exportateur ou pays importateur ne pourra être déclaré avoir enfreint le présent Accord qu'à la majorité des voix détenues par les pays exportateurs et à la majorité des voix détenues par les pays importateurs. Toute constatation qu'un pays exportateur ou un pays importateur a enfreint le présent Accord devra

spécifier la nature de l'infraction, et, si cette infraction comporte une défaillance de ce pays à l'égard de ses quantités garanties, elle devra spécifier l'étendue de cette défaillance.

3. Si le Conseil constate qu'un pays exportateur ou un pays importateur a enfreint le présent Accord, il peut, à la majorité des voix détenues par les pays exportateurs et à la majorité des voix détenues par les pays importateurs, soit priver le pays en question de son droit de vote jusqu'à ce qu'il se soit acquitté de ses obligations, soit l'exclure de l'Accord.

4. Si un pays exportateur ou un pays importateur est déchu de son droit de vote en vertu du présent article, ses voix seront redistribuées selon les dispositions du paragraphe 14 de l'article XIII. Si un pays exportateur ou un pays importateur a été déclaré en défaut pour tout ou partie de ses quantités garanties, ou est exclu du présent Accord, les quantités garanties restantes seront ajustées selon les dispositions de l'article IX.

CINQUIEME PARTIE

Dispositions finales

ARTICLE XX

Signature, acceptation et entrée en vigueur

1. Le présent Accord sera ouvert jusqu'au 15 avril 1949 à la signature des Gouvernements des pays figurant aux annexes A et B de l'article III.

2. Le présent Accord devra faire l'objet de l'acceptation des Gouvernements signataires, conformément à leurs procédures constitutionnelles respectives. Sous réserve des dispositions du paragraphe 4 du présent article, les instruments d'acceptation devront être déposés auprès du Gouvernement des Etats-Unis d'Amérique au plus tard le 1er juillet 1949.

3. A condition que les Gouvernements des pays figurant à l'annexe A de l'article III et responsables d'au moins 70 pour cent des achats garantis et que les Gouvernements des pays figurant à l'annexe B de l'article III et responsables d'au moins 80 pour cent des ventes garanties aient accepté le présent Accord à la date du 1er juillet 1949, les première, troisième, quatrième et cinquième parties du présent Accord entreront en vigueur au 1er juillet 1949 entre les Gouvernements qui l'auront accepté. Le Conseil fixera une date qui ne devra pas dépasser le 1er septembre 1949, à laquelle la deuxième partie du présent Accord entrera en vigueur entre les Gouvernements qui l'auront accepté.

4. Tout Gouvernement signataire qui n'aura pas accepté le présent Accord à la date du 1er juillet 1949 pourra, après cette date, obtenir du Conseil une prolongation du délai de dépôt de son instrument d'acceptation. Les première, troisième, quatrième et cinquième parties du présent Accord entreront en vigueur, pour ce Gouvernement, à la date du dépôt de son instrument d'acceptation et la deuxième partie du présent Accord entrera en vigueur, pour ce Gouvernement, à la date fixée en vertu du paragraphe 3 du présent article pour l'entrée en vigueur de cette partie.

5. Le Gouvernement des Etats-Unis d'Amérique notifiera à tous les Gouvernements signataires chaque signature et chaque acceptation du présent Accord.

ARTICLE XXI

Accession

Le Conseil pourra, à la majorité des deux tiers des voix exprimées par les pays exportateurs et des deux tiers des voix exprimées par les pays importateurs,

approuver l'accession au présent Accord de tout Gouvernement qui n'en fait pas déjà partie et fixer les conditions de cette accession. Cette accession sera réalisée par le dépôt d'un instrument d'accession auprès du Gouvernement des Etats-Unis d'Amérique, qui notifiera chacune de ces accessions à tous les Gouvernements signataires et à tous les Gouvernements accédants.

ARTICLE XXII

Durée, amendement, retrait, achèvement

1. Le présent Accord restera en vigueur jusqu'au 31 juillet 1953.

2. Le Conseil adressera aux pays exportateurs et aux pays importateurs, au plus tard le 31 juillet 1952, ses recommandations concernant le renouvellement du présent Accord.

3. Si des circonstances se produisent qui, de l'avis du Conseil, nuisent ou menacent de nuire au fonctionnement du présent Accord, le Conseil pourra, à la majorité des voix détenues par les pays exportateurs et à la majorité des voix détenues par les pays importateurs, recommander aux pays exportateurs et aux pays importateurs un amendement au présent Accord.

4. Le Conseil pourra fixer un délai dans lequel chaque pays exportateur et chaque pays importateur devra notifier au Gouvernement des Etats-Unis d'Amérique son acceptation ou son refus de l'amendement. L'amendement prendra effet dès son acceptation par les pays exportateurs détenant les deux tiers des votes des pays exportateurs et par les pays importateurs détenant les deux tiers des votes des pays importateurs.

5. Tout pays exportateur ou tout pays importateur qui n'aura pas notifié au Gouvernement des Etats-Unis d'Amérique son acceptation d'un amendement à la date à laquelle celui-ci prendra effet pourra, après avoir donné par écrit au Gouvernement des Etats-Unis d'Amérique le préavis de retrait que le Conseil pourra exiger dans chaque cas, se retirer du présent Accord à la fin de l'année agricole en cours, mais ne sera de ce fait relevé d'aucune des obligations résultant du présent Accord et non exécutées avant la fin de la même année agricole.

6. Tout pays exportateur qui considère que ses intérêts sont gravement compromis par la non participation au présent Accord ou par le retrait d'un pays figurant à l'annexe A ou à l'annexe B de l'article III et responsable de plus de cinq pour cent des quantités garanties de cette annexe, ou tout pays importateur qui considère que ses intérêts sont gravement compromis par la non participation au présent Accord ou par le retrait d'un pays figurant à l'annexe B de l'article III et responsable de plus de cinq pour cent des quantités garanties de cette annexe, pourra se retirer du présent Accord, en donnant par écrit un préavis de retrait au Gouvernement des Etats-Unis d'Amérique avant le 1er septembre 1949 ou à telle date plus rapprochée que pourra fixer le Conseil à la majorité des deux tiers des voix émises par les pays exportateurs et des deux tiers des voix émises par les pays importateurs.

7. Tout pays exportateur ou tout pays importateur qui considère sa sécurité nationale comme mise en danger par l'ouverture d'hostilités peut se retirer du présent Accord, en donnant par écrit un préavis de retrait de trente jours au Gouvernement des Etats-Unis d'Amérique.

8. Le Gouvernement des Etats-Unis d'Amérique portera à la connaissance de tous les Gouvernements signataires et accédants chaque notification et chaque préavis reçus aux termes du présent article.

ARTICLE XXIII

Application territoriale

1. Tout Gouvernement peut, au moment où il donne sa signature, son acceptation ou son accession au présent Accord, déclarer que ses droits et obligations aux termes du présent Accord ne s'appliquent pas à tout ou partie des territoires d'outre-mer dont les relations extérieures sont placées sous sa responsabilité.

2. A l'exception des territoires au sujet desquels une déclaration a été faite en vertu des dispositions du paragraphe 1 du présent article, les droits et obligations créés à tout Gouvernement par le présent Accord s'appliquent à tous les territoires dont les relations extérieures sont placées sous la responsabilité dudit Gouvernement.

3. Après son acceptation ou son accession au présent Accord, tout Gouvernement peut, à tout moment, déclarer, par voie de notification au Gouvernement des Etats-Unis d'Amérique, que ses droits et obligations aux termes du présent Accord s'appliquent à tout ou partie des territoires au sujet desquels il a fait une déclaration en vertu des dispositions du paragraphe 1 du présent article.

4. Par notification de retrait donnée au Gouvernement des Etats-Unis d'Amérique, tout Gouvernement peut, en ce qui concerne tout ou partie des territoires d'outre-mer dont les relations extérieures sont placées sous sa responsabilité, procéder à un retrait séparé du présent Accord.

5. Le Gouvernement des Etats-Unis d'Amérique portera à la connaissance de tous les Gouvernements signataires et de tous les Gouvernements accédants toute déclaration ou notification faites en vertu du présent article.

En foi de quoi, les soussignés, dûment autorisés par leurs Gouvernements respectifs, ont signé le présent Accord aux dates figurant en regard de leurs signatures.

Fait à Washington, le vingt-trois mars 1949, en langue anglaise et en langue française, l'une et l'autre faisant également foi, l'original devant être déposé aux archives du Gouvernement des Etats-Unis d'Amérique, qui en transmettra des copies certifiées conformes à chaque Gouvernement signataire et à chaque Gouvernement accédant.

Pour l'Australie:

Edwin McCarthy.

Pour l'Autriche:

L. Kleinwaechter.

Pour la Belgique:

Silvercruys.

Pour la Bolivie:

R. Martínez Vargas.

Pour le Brésil:

Walder Lima Sarmanho.

Pour le Canada :

Charles F. Wilson.

Pour Ceylan :

G. C. S. Corea.

Pour la Chine:

V. K. Wellington Koo.

Pour la Colombie:

E. Gallego.

Pour Cuba:

R. Sarabasa.

Pour le Danemark:

A. F. Knudsen.

Pour la République Dominicaine:

Joaquín E. Salazar.

Pour l'Equateur:

A. Dillon.

Pour l'Egypte:

A. Hassan.

Pour le Salvador :

Salvador Jáuregui.

Pour la France :

H. Bonnet.

Pour la Grece:

Costas P. Caranicas.

Pour le Guatemala:

I. González Arévalo.

Pour l'Inde:

*N. G. Abhyankar.
R. R. Saksena.*

Pour l'Irlande:

Timothy O'Connell.

Pour Israel :

*L. Samuel.
Arthur C. A. Liverhant.*

Pour l'Italie:

Alberto Tarchiani.

Pour le Liban:

Emile Mattar.

Pour le Liberia:

W. R. Tolbert.

Pour le Mexique:

C. M. Cinta.

Pour les Pays-Bas:

J. B. Ritzema van Ikema.

Pour la Nouvelle-Zelande:

R. W. Marshall.

Pour le Nicaragua :

Alfredo J. Sacasa.

Pour la Norvège:

Wilhelm Munthe Morgenstierne.

Pour le Panama:

O. A. Vallarino.

Pour le Paraguay :

Pour le Perou:

Sous réserve de que les achats garantis, dans le cas du Perou, spécifiés à l'annexe A de l'article III, seront changés de 200.000 pour 150.000 tonnes métriques.

C. Donayre.

Pour la République des Philippines:

*Emilio Abello.
Urbano A. Zafra.
Justiniano D. Quirino.*

Pour le Portugal:

António Ferreira de Almeida.

Pour le Royaume-Uni de Grande-Bretagne et d'Irlande du Nord:

F. S. Anderson.

Pour l'Arabie Saoudite:

Ahmed Abdul Jabbar.

Pour les Etats-Unis d'Amerique:

Charles F. Brannan.

Albert J. Loveland.

Pour la Suède:

A. Aminoff.

Pour l'Uruguay:

Juan Felipe Yriart.

Pour la Suisse:

Werner Fuchss.

Pour l'Union Sud-Africaine:

W. A. Horrocks.

Pour le Venezuela:

Sant E. Vera.

Visto, examinado e considerado tudo quanto se contém no referido Acordo, aprovado pelo Decreto-Lei número trinta e sete mil quatrocentos e cinquenta e sete, de vinte e sete de Junho de mil novecentos e quarenta e nove, é pela presente Carta o mesmo Acordo notificado, assim no todo como em cada um dos seus artigos, e dado por firme e válido para produzir os seus efeitos e ser inviolavelmente cumprido e observado.

Em testemunho do que a presente Carta vai por mim assinada e selada com o selo da República Portuguesa.

Dado nos Paços do Governo da República, aos vinte dias do mês de Maio de mil novecentos e cinquenta.—
ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar.*

Este instrumento de Confirmação e Ratificação foi, para os devidos efeitos, depositado e registado nos arquivos do Ministério dos Negócios Estrangeiros dos Estados Unidos da América do Norte em 31 de Maio de 1950.

Direcção-Geral dos Negócios Económicos e Consulares, 14 de Agosto de 1950.— O Director-Geral, *José Augusto Correia de Barros.*